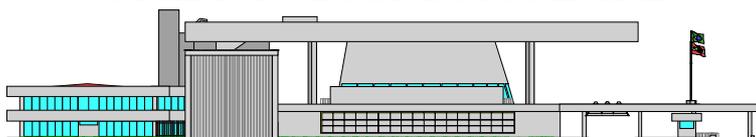


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 24 DE FEVEREIRO DE 2011

NÚMERO 6.252

**17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Volnei Morastoni
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Valdir Cobalchini
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ângela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Renato Hinnig
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Renato Hinnig
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Valdir Cobalchini
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenador: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2252 EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 006ª Sessão Ordinária realizada em 16/02/2011 2</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria 17 Atas das Comissões 18 Permanentes..... 18 Extrato..... 19 Ofícios..... 19 Portarias..... 22 Projetos de Lei 22</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Nei Ascarí - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Presta contas de sua ida a Brasília.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute a Moção n. 0004/20011, de sua autoria; debate a problemática dos produtores de arroz.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Discorre sobre a importação do filé de panga; aborda a questão da aposentadoria vitalícia de ex-governadores.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Faz referência ao Instituto Federal Catarinense de Educação, de Blumenau, e ao Instituto Federal de

Educação Ciência e Tecnologia; registra projeto de sua autoria que dispõe sobre o Dia Estadual das Organizações Não Governamentais.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Registra a presença na Casa de várias lideranças políticas do estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO DADO CHEREM - Tece considerações a respeito da descentralização da saúde.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Reporta-se ao Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Pronuncia-se a respeito da instalação de empresas na região de Araranguá.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Reconhece o trabalho da Defesa Civil do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Aborda o problema da rizicultura.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Tece considerações a respeito da reforma política.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda a votação do salário mínimo.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à necessidade de uma proporção no piso mínimo nacional.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o problema da agricultura familiar.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Tece considerações a respeito do problema dos bombeiros voluntários do estado.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Destaca o problema da segurança pública.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Pronuncia-se a respeito do problema ressaltado pelo deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Destaca a importância de o nosso estado estar na rota dos transatlânticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caro deputado Gelson Merisio, srs. deputados, servidores e servidoras desta Casa, pessoas que nos acompanham pessoalmente nesta sessão, que nos ouvem através da Rádio Alesc Digital e aqueles que nos assistem pela TVAL.

Estive, como é de conhecimento público, na segunda e terça-feira, na cidade de Brasília e usarei este espaço para prestar contas, à sociedade catarinense, dos motivos que me levaram àquela cidade.

Tínhamos uma reunião de diretoria da Associação Nacional dos Praças - Anaspra -, uma entidade que há três anos faz um trabalho de busca, de organização dos praças das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros de todo o país, reunindo entidades e discutindo com as entidades representativas de cada estado. E a nossa associação aqui do estado de Santa Catarina, a Aprasc, é uma dessas entidades. Evidentemente, discutimos assuntos não só de interesse da categoria, mas também da sociedade catarinense e da sociedade brasileira como um todo, já que era uma reunião de uma entidade nacional.

O foco do debate na Anaspra foram os direitos dos praças e a segurança da sociedade. Foi discutida a realização de um encontro nacional de entidades representativas, que é o espaço mais democrático que temos no âmbito do movimento dos praças em nível nacional, que será realizado em Porto Alegre, no final do mês de abril, onde teremos a presença de lideranças de praças de todo o território nacional, de todos os estados da federação, incluindo os longínquos estados do nordeste brasileiro, da região norte, lá do Amazonas e Roraima, de companheiros que estão participando desse movimento.

Estivemos também, na tarde de ontem, participando de uma reunião da Via Campesina. Movimentos de camponeses que chamaram os parlamentares estaduais e federais para discutir assuntos de interesse do setor camponês do Brasil. As mulheres agricultoras, os pequenos agricultores, o pessoal da agricultura familiar, o movimento dos atingidos por barragem e o movimento dos trabalhadores sem terra organizaram o evento e chamaram o conjunto dos parlamentares interessados no assunto, evidentemente, para participar daquela reunião e para falar da pauta deles para o ano de 2011.

Falaram das agendas, da mobilização, dos posicionamentos com relação, por exemplo, ao salário mínimo nacional. Eles estão defendendo a posição das centrais de trabalhadores de não ser apenas R\$ 545,00 e sim um valor maior. Estão discutindo também o uso do agrotóxico na agricultura como elemento de controle e monopólio de grupos privados poderosíssimos. Também discutem a aceleração da concentração da propriedade no meio rural com fusões de megaempresas, como houve há menos de dois anos a fusão da Sadia/Perdigão. Discutem ainda o processo dos monopólios serem cada vez mais potências econômicas com poderes maiores do que os poderes legalmente

constituídos no mundo da política ou no estado.

Além desse crescimento, dessa concentração cada vez maior, outro fenômeno dos últimos anos, que é permanente, existe há 200 anos, mas tem acelerado e assumido dimensões drástica nesses últimos anos, é a desnacionalização da economia.

É difícil hoje pegar um monopólio empresarial gigante, grande, e dizer que esta é uma empresa brasileira, ou seja, o capital está internacionalizando-se e até as empresas que eram empresas nacionais, que em muitas décadas foram tidas como orgulho, como a Sadia, a Perdigão, a Votorantim, a Vale do Rio Doce, na verdade, embora mudem os nomes e os gestores sejam brasileiros, o controle acionário é estrangeiro e não pertence mais a brasileiros. Isso inclui a Petrobras, que é uma empresa pública, mas a maioria do controle acionário, a maioria das ações, não pertence mais ao governo federal. Portanto, esse processo, esse fenômeno também está em debate e esteve em debate pela Via Campesina, na tarde de hoje.

A discussão de um novo modelo energético no país, questionando o modelo atual de construção de usinas, muitas vezes no geral, atendendo à necessidade de lucro das empresas, das empreiteiras que constroem e das empresas que vão controlar a energia produzida, atendendo à necessidade de lucro, em primeiro lugar... Encarecendo o preço da energia, que é paga pelo consumidor, aumentando também a monopolização da produção e controle do sistema energético nacional, é uma discussão necessária.

Voltando também à questão do debate do movimento nacional dos praças, um ofício encaminhou a nossa pauta de reivindicação para o governo do estado há cerca de dez dias. Um ofício da nossa associação, Aprasc, associação estadual, foi encaminhado ao governador do estado, ao secretário da Casa Civil e ao secretário da Segurança, enumerando pontos da reivindicação dos praças.

Imaginamos que haja interesse, por parte do governo, em abrir esse debate, em cumprir aquela intenção de dialogar com todos os setores da sociedade, para que se possa melhorar a segurança, coisa que a sociedade catarinense precisa. É evidente que o nosso debate com o estado é parte de um debate nacional, porque os problemas são parecidos em todo o Brasil. A segurança pública é organizada de forma parecida em todo o Brasil.

O que vamos discutir em Porto Alegre é a continuidade de um debate que existe há décadas, um debate que precisa ser continuado, que precisa ser travado, enfrentado também aqui no estado de Santa Catarina, que é o direito dos praças e a segurança da sociedade.

O modelo de segurança instituído no país está escrito na Constituição Federal, atendendo à necessidade da população. Caso se queira uma resposta objetiva, sim ou não, é temerário perguntar à sociedade. Por outro lado, a fórmula que se tem

encontrado nos debates nacionais do Conselho Nacional de Segurança Pública, por exemplo, um órgão do governo federal e do Ministério da Justiça, que acelera e tem o viés de empurrar para a sociedade a contraposição ao modelo atual, a municipalização da segurança pública, resolve o problema da sociedade? Ou é a forma de oficializar o fato de que os governos estaduais estão investindo cada vez menos, proporcionalmente, em segurança da sociedade, deixando a tarefa para os municípios? Porque é isso que ocorre em muitos municípios de Santa Catarina e pelo país afora.

Quem tem que pagar o combustível da viatura é o convênio municipal, que cobra, evidentemente, da sociedade. Muitas vezes quem tem que comprar a viatura é o poder municipal, quem tem que construir o prédio, a instalação física, do quartel, da delegacia, é o município.

A maioria dos servidores públicos da área da segurança, policiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, especialmente a imensa maioria, 95% ou mais dos trabalhadores que estão na linha de frente atendendo à população, somos nós, os praças. Tratar uns bem e deixar outros, escolher esses ou aqueles que têm menos direitos e menos poder de polícia na hora de atender à população...

Para concluir o meu raciocínio, 95% ou mais de servidores da Segurança Pública que estão na linha de frente atendendo à população são praças da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros. Esses são os que têm menos poder e direito, inclusive menos direito na hora de falar e de manifestar o seu pensamento. Se isso não mudar, não se resolve o problema da Segurança Pública neste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que estão aqui hoje, trago rapidamente três assuntos.

Primeiramente, eu nunca pensei que eu viria a esta tribuna fazer um pedido desses. Eu protocolei hoje aqui uma indicação pedindo que a secretaria estadual da Saúde compre mais macas para os hospitais de Joinville, porque as ambulâncias do Samu não estão podendo atender aos joinvilenses, uma vez que elas não têm mais macas. E por que não têm mais macas? Porque quando a ambulância do Samu leva alguém para o pronto socorro, as macas ficam retidas lá, pois não há leitos para os pacientes que ficam pelos corredores. Assim sendo as ambulâncias ficam, como se diz na linguagem da caserna, deputado Sargento Amauri Soares, baixadas, porque não possuem maca.

Então, estou apelando aqui para que a secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina compre mais macas e enviem-nas tanto para o Hospital Regional

como para o Hospital São José, para que as ambulâncias possam voltar a prestar o atendimento que precisa ser prestado em Joinville.

O segundo assunto que eu trago é uma Moção n. 004/2011, de autoria deste deputado, que foi protocolada e que pede a liberação do fundo de garantia do trabalhador nas cidades em que foi decretado estado de emergência. Isso está acontecendo no Brasil inteiro, mas em Joinville e região não aconteceu ainda.

Não sei por que a superintendência, a diretoria não libera, pois é dinheiro do trabalhador. Por que não libera? Isso é uma norma, ou seja, onde há estado de emergência libera-se o fundo de garantia. Mas em Joinville e região não liberam. Não sei se é porque a informação demora a chegar para a superintendência da Caixa Econômica Federal ou se é porque o prefeito é do PT. Eu não sei, mas lá em Joinville não liberaram ainda.

Espero que com essa chamada mexam-se e liberem, pois já faz mais de 30 dias, e o dinheiro sequer foi liberado.

Quero aproveitar os últimos momentos que tenho, e sei que o deputado Silvio Dreveck também está nessa luta, para ler em nome da nossa bancada a carta de Massaranduba, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A Associação Empresarial e Agrícola de Massaranduba de Santa Catarina, com o apoio da Câmara de Vereadores, da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, da Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região norte de Santa Catarina e da Cooperativa Juruti e de outras entidades afins, vêm por meio desta manifestação expressar sua preocupação com o estado de penúria e até de desespero que passa o produtor de arroz do estado de Santa Catarina e muito especialmente os pequenos rizicultores da região norte do estado, que outra alternativa não têm a não ser a cultura do arroz irrigado.

É de todos conhecido, pois a imprensa ferveu com as notícias sobre a forte chuva que se abateu sobre a região, notadamente no município de Massaranduba e cidades próximas. A preocupação da entidade e dos rizicultores catarinenses diz respeito à questão da pouca atenção que o setor da rizicultura recebe. O excesso de arroz no mercado brasileiro está achatando os preços pagos aos rizicultores. Ainda há estoques relativamente elevados nos armazéns do governo e do setor privado; a colheita da nova safra de arroz já iniciou neste mês de fevereiro. O preço da saca já caiu 40% e deve aumentar esse índice ao se iniciar a safra do Rio Grande do Sul. A colheita de 2010 iniciou com preços de R\$ 30,00 a saca, enquanto hoje o produtor está recebendo R\$ 20,00 pela mesma saca.

A importação de mais de um milhão de toneladas de arroz dos países do Mercosul estaria agravando ainda mais esse quadro de super oferta. Como reflexo dessa situação, o mercado está pagando R\$ 20,00 a saca de arroz, valor abaixo do preço

mínimo fixado pelo governo, que é de R\$ 25,80. E as perspectivas não são boas e, sim, sombrias, pois já se fala em R\$ 18,00 a saca.

O mercado do arroz, como é do conhecimento público, é complicado e restrito. Os países de grande consumo (como os asiáticos) são também grandes produtores. São poucas as opções de transformação do arroz em outros produtos, o que limita sua industrialização. O arroz é a principal fonte de renda para 8.000 produtores catarinenses, gerando mais de 50.000 empregos diretos e indiretos. O estado cultiva 150,5 mil hectares e produz 1,039 milhão de toneladas/ano, em 60 municípios do sul do vale do Itajaí e norte catarinense, onde se encontra a nossa região.

Não obstante, por dificuldades climáticas, pouco incentivo fiscal, excesso de encargos tributários para plantação e colheita, falta de linhas de crédito facilitadas e a juros diferenciados, entre outras dificuldades, muitas delas impostas pelo governo, muitos agricultores não conseguem mais sobreviver da rizicultura, quem dera fazer da rizicultura fonte de renda da família. Reverter esse quadro é um desafio que cabe também aos governantes e a nós, legisladores, pois o segmento é um dos principais sustentáculos da economia nacional.

As entidades subscritas apresentam, em primeira análise, algumas ponderações e reivindicações que entendem serem de grande importância e valia para o segmento da rizicultura da região norte de Santa Catarina, por extensão para o estado de Santa Catarina e para o Brasil, e submetem este documento à reflexão de v.exas. para que sirvam de subsídios na busca de soluções para o setor.

As soluções passam pelas seguintes ações:

1) Criação de mecanismos que garantam renda ao produtor, como o Pepro, entre outros.

2) Diminuição da carga tributária, diminuindo-se os impostos incidentes nos insumos diretos aplicados na agricultura: diminuição da carga tributária sobre o óleo diesel, a exemplo do benefício concedido aos pescadores artesanais; redução dos impostos incidentes sobre o preço das máquinas e equipamentos agrícolas - subsídios estes necessários para competir com os países do Mercosul, os quais dão esses incentivos aos seus produtores; liberação da importação de defensivos agrícolas utilizados na cultura do arroz nos demais países do Mercosul.

3) Imediata suspensão, pelo período de um ano, da importação de arroz do Mercosul e dos países asiáticos.

4) Garantia de preço mínimo em torno de R\$ 30,00 a saca.

5) Viabilização de projetos e incentivos para a indústria utilizar o arroz como outra fonte de negócio.

6) Modificação do Programa Bolsa Família. Ao invés de entregar dinheiro ao cidadão, que pudesse entregar uma cesta básica incluindo o arroz.

7) Securitização com prazo idêntico ao concedido à classe empresarial - de 180 meses - para pagar o valor da dívida bancária oriunda de custeio para a produção agrícola.

8) A criação de um fórum permanente conduzido pelo próprio Ministério da Agricultura envolvendo o segmento dos rizicultores para discussão dos assuntos relacionados ao setor.

É hora de buscarmos verdadeiramente as soluções, planejarmos saídas possíveis e não apenas tapar o sol com a peneira."

A carta está assinada por todas as entidades de que falei no início e termina assim:

(Continua lendo.)

"Acreditamos que temos nós, brasileiros, potencial maravilhoso na agricultura, principalmente na agricultura familiar de nossas pequenas propriedades rurais para enfrentar esses desafios." [sic]

Além disso, convida todos os deputados que estão presentes para sexta-feira próxima, às 8h30, um protesto que vai haver no trevo de Massaranduba, entrada para Guarimir, onde haverá a distribuição de arroz dos produtores que estão apavorados com a situação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Obrigado, nobre deputado!

Eu gostaria de me solidarizar com os rizicultores de Massaranduba e solicitar a v.exa. a possibilidade de ter acesso a esse documento para que, através da comissão de Agricultura e Política Rural deste Parlamento, nós, membros da comissão, possamos sugerir em nível nacional uma política nesse sentido.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Será feito, deputado, e convoco todos os deputados a participarem, até para dar o peso necessário para essa ação que haverá no trevo de Massaranduba, na sexta-feira, às 8h30.

Muito obrigado, sr. deputado e sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Gostaria, sr. presidente e nobres colegas, de anunciar a visita dos vereadores de Araranguá, José Hilson Sasso, Anísio Henrique Premoli, João Abílio Pereira e Jacinto Dassoler, que estão aqui em função do município, com audiências marcadas nas secretarias, principalmente na secretaria de estado da Saúde, para defender os direitos do hospital de Araranguá.

Sejam todos bem-vindos.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro, deputada.

Sintam-se à vontade, srs. vereadores.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Padre Pedro Balsissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inicio a minha fala desta tarde trazendo presente um trabalho que há dois anos nós estamos discutindo, e de forma mais acentuada a partir do ano de 2010, na comissão de Pesca e Aquicultura. E tive a confiança dos parlamentares de dar continuidade à presidência desta comissão.

Essa questão, em muitos momentos, tem provocado certa irritação por parte de vários agricultores familiares que trabalham com a piscicultura no que diz respeito à importação do filé de panga que tem trazido enormes transtornos para Santa Catarina e basicamente a quase todos os estados da união.

No ano passado, o ex-ministro Altemir Gregolin, fruto de várias audiências públicas que a própria comissão realizou em algumas regiões deste estado, havia emitido expediente suspendendo a importação do filé até que não se fizesse uma análise criteriosa sobre a origem, a qualidade e a procedência sanitária do filé de panga que é produzido no Vietnã e que está sendo importado por Santa Catarina e muitos outros estados da União.

Eu estou trazendo o tema novamente porque o filé de panga continua tomando corpo em todos os mercados ou em quase todos da grande maioria das cidades do estado de Santa de Catarina e de outras regiões da federação. E isso tem comprometido enormemente centenas de produtores e agricultores familiares que vivem e têm esse mercado como incremento na renda familiar. Isso está praticamente comprometendo a vida de muitas famílias que dependem dessa renda para poder levar adiante as suas atividades na agricultura familiar.

Certamente esse tema virá à tona inúmeras vezes na comissão e fora dela. É necessário que se tome definitivamente um caminho e que se busquem soluções, porque está comprometendo a vida dessas pessoas, a economia dessas famílias, colocando-as em risco e ao mesmo tempo também comprometendo toda a atividade, haja vista que houve inúmeros investimentos por parte dessas famílias que acreditaram nessa atividade.

Nós temos aí alguns frigoríficos de filé de tilápia fechando, não por falta de matéria-prima, não! Os produtores da região oeste estão encaminhando amanhã mesmo várias toneladas de filé para outros estados do nordeste, tentando amenizar um pouquinho a problemática toda. Essa atividade poderia ser feita aqui, movimentando a economia dos nossos municípios e ao mesmo tempo gerando renda para os nossos produtores. Alguns deles já têm tilápia que passou, porque o bom filé dá em torno de 500 gramas.

Nós temos açudes lotados, cheios, que estão basicamente com peixes de 800 ou 900 gramas, o que às vezes não compensa devido ao alto consumo de ração, ou seja, o custo da produção é muito elevado.

Então, diante desse contexto, dessa situação, precisamos unir forças junto ao ministério para que se reveja essa questão. Ao mesmo tempo, no que diz respeito à secretaria da Agricultura do estado de Santa Catarina, à comissão de Pesca, à comissão de Agricultura, precisamos buscar soluções para essa situação que vem enormemente comprometendo esse setor e essa cultura tão importante, haja vista que Santa Catarina se destaca no cenário nacional como um dos maiores produtores de pescado. Eu acredito que de alguma maneira deve-se buscar soluções em torno disso.

Fora isso, quero aqui registrar também que recebi com muita satisfação, deputado Silvio Dreveck, a atitude da Câmara Municipal de Tangará. Uma atitude que também tem feito recentemente a OAB em nível nacional, o Ministério Público, ou seja, a defesa pelo fim do pagamento do subsídio vitalício dos ex-governadores.

A Câmara tem aprovado também a iniciativa e mantém a relação com todas as Câmaras Municipais do estado de Santa Catarina, para que da mesma forma se encaminhe expediente e ele possa chegar aos diferentes setores, como a OAB, o MP, o TJ, o STF, porque existem ações que estão tramitando nos diferentes órgãos, seja em nível de estado ou no contexto nacional, no STF, que trata da questão do subsídio vitalício dos ex-governadores.

Eu entendo que são mais forças que se vêm somando a essa luta que nós emplacamos e iniciamos desde o ano de 2006. E temos a convicção de que desta vez nós vamos derrubar o art. 195 da Constituição do Estado de Santa Catarina, colocando um basta, um fim ao subsídio vitalício aos ex-governadores, ou seja, à aposentadoria dos nossos ex-governadores.

Nós estamos recebendo, agora, as informações sobre os últimos ex-governadores que passaram, tanto do ex-governador Luiz Henrique como do ex-governador Leonel Pavan, e assim que chegarem as informações estaremos entrando na Justiça exatamente para a suspensão do pagamento do subsídio vitalício dos ex-governadores.

Luiz Henrique da Silveira tem colocado que suspendeu o recebimento desse subsídio, e de fato ele fez mesmo isso, mas tem recebido em alguns meses. E é exatamente em cima desses meses que iremos pedir a devolução aos cofres públicos do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Balsissera.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero anunciar aqui a presença dos vereadores de Aranguá Jacinto Dassoler, Edir Clesio Gomes Batista, João Abílio Pereira, Luiz Braz Paulino, Euclides Manoel Marcos, José Hilson Sasso e Eduardo Chica Merêncio, que nos estão visitando no dia de hoje.

Sejam bem-vindos a esta Casa e se sintam como se estivessem em sua casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Feito o registro, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado, sr. presidente, eu quero, antes de entrar propriamente no assunto do meu pronunciamento desta tarde, registrar - a bancada do PT vai achar estranho, deputado Dirceu Dresch, mas eu gosto sempre de adotar uma postura de coerência - que estive em Blumenau fazendo uma visita ao Instituto Federal Catarinense de Educação e fiquei surpreendido com o objetivo do trabalho deles, pela preocupação com o corte no Orçamento da União, porque eles querem investir na educação técnica, no aprimoramento de novos cursos. Eles vieram conversar comigo justamente sobre um novo relacionamento entre o Instituto Federal, juntamente com a prefeitura, com os municípios, no sentido de fazer uma convergência das ações entre a cidade, o estado e a União.

Por isso eu quero fazer aqui este registro de agradecimento ao reitor e a toda instituição pela receptividade e dizer que, com certeza, para o bem dos catarinenses nós temos que trabalhar em conjunto.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Jean Kuhlmann, muito obrigado pelo aparte.

Eu quero somente registrar que de fato ontem o deputado Darci de Matos também fez um elogio à nossa bancada por todo o trabalho feito com relação ao piso mínimo regional. Então, é positivo e nós também reconhecemos como é necessário o trabalho da sua bancada aqui na Assembleia em vários momentos.

Com certeza o governo federal vai estudar possibilidades para fortalecer cada vez mais os nossos institutos, em todas as regiões de Santa Catarina.

Portanto, quero cumprimentar inclusive o deputado por participar, acompanhar e visitar o Instituto Federal, que é um órgão muito importante para Santa Catarina e para a preparação dos nossos futuros profissionais, nas mais diversas áreas.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Dirceu Dresch, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia trabalha

de uma forma muito formal com os alunos do 2º grau. Eu sou oriundo da Furb, universidade de Blumenau, o deputado Ismael dos Santos conhece bem a Etevi, Escola Técnica de 2º Grau da Furb, e sabe que eu fui técnico em processamento de dados. Então, eu sei quanto o ensino técnico, em nível de 2º grau, é importante para o desenvolvimento de um profissional. Ele é importante para que a pessoa saiba exatamente qual a faculdade que vai fazer, qual o conhecimento que tem que adquirir. E muitas vezes a pessoa acaba utilizando esse conhecimento técnico que adquiriu no 2º grau na universidade e na formação da sua vida.

Por isso, entendo que temos que apoiar essa gestão que é de extrema importância não para um partido, para a instituição em si, mas para os alunos que precisam desse conhecimento.

Também quero aqui parabenizar o prefeito de Blumenau, os clubes de caça e tiro que lançaram o projeto Dia do Turista, no município de Blumenau. Quem sabe um dia um grupo de turista possa ir lá fechar um clube de caça e tiro e viver a verdadeira tradição. Tradição que não é exclusiva de Blumenau, mas que é de toda a cidade de origem germânica que possui clubes de caça e tiro, seja em Blumenau, em Pomerode, em Indaial, em Ibirama, deputado Aldo Schneider.

Então, essa iniciativa de abrir um clube de caça e tiro para o turista é bem interessante. E uma agência, por exemplo, como a CVC, pode fechar um pacote com 20, 30, 40 turistas. E esses turistas terão a oportunidade de viver o dia dentro de um clube de caça e tiro fazendo a competição de bolão, de bocha, de tiro, vivendo, realmente, como alguém da cidade, como alguém que conhece a tradição, fazendo inclusive a marcha e recebendo, no fim do dia, uma medalha por ter acertado o tiro ou jogado bem a bocha.

Eu acho que essa integração é fundamental, e é importante também que o povo da cidade receba bem o turista. Eu sempre disse, e continuo dizendo, que acredito piamente nisso, que uma cidade só é boa para o turista se ela primeiro for boa para a população da sua cidade.

Nenhuma cidade vai receber bem um turista, vai ser boa para um turista, se ela não for boa, primeiro, para o seu município. E, aí sim, vamos ter uma cidade positiva e boa para o turista, assim como ela tem que ser boa para o cidadão.

Quero aqui registrar que entramos com dois projetos de lei e novamente detalhar um pouco mais sobre esse assunto e pedir o apoio de v.exas. primeiramente a um projeto que institui o dia estadual da Pastoral da Criança. Aqui, inclusive, deputado Padre Pedro Baldissera, há vários deputados que se envolvem com isso e várias pessoas da sociedade que fazem um trabalho voluntário.

Havia no Brasil uma pessoa, com certeza, que foi uma grande idealizadora de todos nós temos que homenagear, sra. Zilda Arns, que faleceu, infelizmente, mas que deixou um grande legado. É por isso que estamos entrando com esse projeto de lei,

por sugestão inclusive de pessoas da Pastoral da Criança, no município de Blumenau, para criar justamente, no dia 25 de agosto, que é o dia do nascimento de Zilda Arns, o dia estadual da Pastoral da Criança.

Eu espero que possamos levar isso, em nível nacional, como um exemplo de trabalho e uma homenagem para quem com certeza merece.

É nesse sentido que quero pedir o apoio, a sugestão e o voto favorável de cada um dos srs. parlamentares.

Há também, srs. deputados, um outro projeto de lei que acredito ser de extrema importância para valorizarmos aqueles que fazem um trabalho voluntário no dia a dia. Não é só o município de Blumenau, mas o estado de Santa Catarina possui um grande diferencial de outros estados, que é o trabalho dos voluntários, o trabalho daquelas pessoas que se engajam na APAE ou a uma associação que cuida de pessoas com deficiência.

Enfim, são várias e várias entidades, várias e várias organizações não governamentais que prestam um grande serviço e ajudam a construir o diferencial que é Santa Catarina. Se não fossem hoje as nossas ONGs, as pessoas que trabalham através dessas entidades e fazem muitas vezes um serviço voluntário de doação, de dedicação, nós não teríamos um estado com a qualidade de Santa Catarina. E é por isso que entrando com um projeto para criar o dia 24 de junho como sendo o Dia Estadual das Organizações Não Governamentais, para que possamos homenagear uma pessoa como Zilda Arns, que não tem escolha partidária, deputado Ismael dos Santos, como a sra. Rute Cardoso, infelizmente já falecida, e que fez um grande trabalho social neste país e para as ONGs.

Então, nós estamos entrando com esse projeto de lei para criar o dia 24 de junho como o Dia Estadual das Organizações Não Governamentais.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, quero parabenizá-lo por essa iniciativa que vem em boa hora. Nós estamos há muitos anos envolvidos com o trabalho das entidades assistenciais que fazem esse trabalho de uma forma espontânea, voluntária, com determinação, com ousadia, e é preciso reconhecer, de forma oficial e legítima, o trabalho feito por essas organizações. Parabéns pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu que agradeço, deputado Ismael dos Santos.

Nós esperamos que esse dia seja muito mais do que um reconhecimento; que ele possa ser um dia de valorização, um dia de compreensão a esse trabalho, um dia em que o poder público possa entender definitivamente que as ONGs, as Organizações Não Governamentais, são um braço do governo muitas vezes, pois fazem aquilo que o governo não tem competência para fazer, deputado Silvio Dreveck. V.Exa.,

que já foi prefeito, sabe que às vezes as ONGs fazem aquilo que o governo não tem competência e capacidade para fazer. Por isso as ONGs têm um papel fundamental para a execução dessas atividades.

Quero também aproveitar o momento em que conseguimos aprovar nesta Casa, na semana passada, o requerimento criando o Fórum Permanente de Acompanhamento do Processo e Duplicação da BR-470, para convidar e pedir a todos os membros indicados pelas bancadas desse fórum, após a Ordem do Dia, para que façam parte da reunião para a instalação desse fórum permanente, a fim de que possamos escolher a coordenação e já definirmos as primeiras atividades.

Gostaria de agradecer à bancada do PMDB, que indicou o deputado Aldo Schneider para fazer parte desse fórum permanente pela duplicação da BR-470; à bancada do PP, que indicou o deputado Joares Ponticelli; à bancada do PT, que indicou a deputada Ana Paula Lima, também do município de Blumenau; à bancada do PSDB, que indicou o deputado Gilmar Knaesel, e ao Democratas, que indicou este parlamentar. E também, de forma muito especial, quero convidar o deputado Sargento Amauri Soares, do PDT, o deputado Narciso Parisotto, do PTB, a deputada Angela Albino e o deputado Altair Guidi para estarem conosco depois da Ordem do Dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado Jean Kuhlmann.

Estão inscritos ainda em Breves Comunicações, e não teremos condições de atendê-los devido ao horário, os srs. deputados Dirk Dersch, Valmir Comin, Maurício Eskudlar, Neodi Saretta e José Scheffer.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero apenas fazer o registro da presença, neste plenário, do presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó; do presidente da Uvesc, União dos Vereadores de Santa Catarina, Itamar Agnoletto; do vereador e ex-presidente da Uvesc, da cidade de Descanso, Rui Mendonça, agradecer a presença de todos e dizer que esta Casa, mais uma vez, coloca-se à disposição de todos.

Muito obrigada, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Nós registramos e desejamos uma boa estada na capital a todos os vereadores.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, em vista do horário e de não ter sido possível fazer uso da palavra em Breves Comunicações, eu quero comunicar

ao Plenário, a v.exa. e a todos os srs. deputados que nesta manhã foi feita a instalação da comissão de Meio Ambiente e Turismo. E dando prosseguimento aos entendimentos desta Casa, foi feita a escolha do presidente e do vice-presidente, tendo tido a satisfação de ser conduzido à Presidência da referida comissão e o deputado Renato Hinnig como vice-presidente. Estamos à disposição de todos os deputados para que possam usufruir do trabalho dessa comissão.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Na ausência da deputada do PCdoB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ocupo a tribuna neste momento para agradecer o apoio dos demais partidos com assento nesta Casa, quando na instalação da CCJ - comissão mãe de todas as comissões, da qual temos orgulho de participar representando o PSDB - nos conduziram à vice-presidência. Naquela comissão, junto com o deputado Romildo Titon, terei a alegria de conduzir os projetos. Temos a indicação do deputado Maurício Eskudlark que também participará daquela comissão, indicado pelo PSDB.

Não poderia deixar de participar também da comissão de Saúde, que também foi instalada ontem, para a qual foi eleito o médico pediatra Volnei Morastoni, que como eu também tem sua base parlamentar na região da Amfri.

Ontem, naquela comissão foi proposto um grande debate para discutirmos a descentralização em alta complexidade pediátrica, pois queremos que possamos estender para todo o interior de Santa Catarina, assim como quando fomos secretário de estado da Saúde, os atendimentos complexos, pois a capital não suporta mais.

O Hospital Joana de Gusmão não tem mais capacidade física instalada para suportar a demanda e não tem mais recursos humanos suficientes para atender, além da grande Florianópolis, a todo o estado de Santa Catarina. É desumano, é cruel fazer com que todos os atendimentos caiam no Hospital Joana de Gusmão.

Demos o passo inicial como secretário dividindo essa responsabilidade com o Hospital Materno Infantil Jeser Amarante, no município de Joinville.

Agora queremos propor ao secretário Dalmo, ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador e a toda equipe de governo, que possamos também credenciar a região de Criciúma, onde há o hospital Santa Catarina que, de acordo com o deputado Valmir Comin, está-se tornando uma referência nesse tipo de atendimento.

Queremos levar para o hospital de Lages, ao Hospital Seara do Bem, esse tipo

de credenciamento nas especialidades complexas. E também na terra que eu acho que é a da deputada Luciane Carminatti, Chapecó, para o materno-infantil daquele município, queremos levar a alta complexidade, para que o estado, de uma maneira descentralizada e equilibrada, possa ofertar essas especialidades. Cito como exemplo a oncologia pediátrica, a neurocirurgia e a cirurgia cardíaca pediátrica. É uma situação que provoca um transtorno muito perverso separar uma criança da família num momento de dor.

Então, vamos tentar regionalizar o atendimento e todos esses municípios e regiões, com certeza, serão contemplados.

Portanto, fica aqui o convite para que todos os deputados participem desse fórum e das ideias que vão surgir, com certeza, para enriquecer essa proposta.

Cedo agora o restante do tempo do partido ao deputado Gilmar Knaesel.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, pelos minutos restantes do PSDB.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente quero registrar que foi instalada a comissão de Finanças, na manhã de hoje, por acordo de lideranças. E gostaria de agradecer ao meu líder, deputado Dado Cherem, e também aos meus pares da bancada, que me deram a deferência de ser o presidente da comissão, mais uma vez, porque já tive essa oportunidade em outra legislatura. E agradeço o voto de confiança dos deputados e da deputada na nossa comissão.

A comissão de Finanças tem uma responsabilidade importante nesta Casa. Há pouco eu ouvi o deputado Dado Cherem dizer que a comissão de Justiça é a comissão mãe, e ela é, com certeza, porque lá se inicia toda a tramitação. Mas todas as comissões têm a sua importância, dentro dos seus méritos, e a comissão de Finanças tem a grande responsabilidade de tratar toda a questão orçamentária, financeira e também os atos complementares no que diz respeito a todas as ações desta Casa e também dos demais Poderes.

Espero ter a compreensão e a parceria dos demais colegas deputados para fazer um excelente trabalho.

Já na manhã de hoje falávamos de um importante encaminhamento que tivemos que fazer conjuntamente, primeiro em nível de comissão e depois em nível de deputados, que foi a questão do Orçamento Regionalizado, uma grande conquista da Assembleia Legislativa há muitos anos e que para mim foi o início de todo o processo, hoje consolidado, chamado descentralização do governo Luiz Henrique.

A Assembleia ousou, num determinado momento, ao criar uma estrutura descentralizada para discutir o Orçamento. E hoje todos sabemos que há uma frustração em relação a esse assunto, tanto por parte dos deputados como também da sociedade, principalmente daqueles que acreditam, que estão lá na outra ponta, que

participam das reuniões e apresentam as propostas. E depois disso fica muito difícil de ser conciliado entre o Legislativo e o Executivo.

Então, queremos trabalhar isso juntos, deputado Silvio Dreveck - e v.exa. também se manifestou hoje pela manhã na comissão -, no sentido de buscarmos um encaminhamento para, de forma definitiva, termos o Orçamento do estado consolidado dentro de uma proposta de transparência, de uma proposta de forma participativa e também de forma que todos os deputados possam efetivamente apresentar os seus problemas da região e buscar a solução.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado, quero apenas cumprimentá-lo pela presidência da comissão.

Na verdade, gostaria de me somar ao depoimento do deputado Dado Cherem com relação à Saúde, principalmente da área pediátrica. Nós estamos acompanhando, hoje, o presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, José Hilson Sasso, que está aqui, juntamente com toda a Câmara de Vereadores e a prefeitura municipal, no sentido de conquistar um cirurgião-pediátrico para o Hospital Regional de Araranguá, porque Araranguá e Criciúma não possuem um profissional nessa área e as suas crianças precisam ser trazidas para o Hospital Infantil Joana de Gusmão para serem atendidas.

Agora, às 16h, participaremos de uma audiência, juntamente com o deputado Manoel Mota, no sentido de convencer a secretaria de Saúde a deixar que um profissional, que já foi aprovado em concurso público, comece a atender as crianças.

Quero somente irmanar-me com o depoimento do deputado Dado Cherem e dizer da importância da descentralização das ações da saúde para o interior.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero dar as boas-vindas a toda comitiva e aos vereadores de Araranguá, e registrar a presença do companheiro e amigo Renato Stradiotto, que também é da cidade e está aqui juntamente com o Sandro e a Néia, uma enfermeira que conhece a problemática.

Registro, também, a presença do prefeito de Campo Erê, meu particular amigo Odilson Vicente de Lima.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que nos dão a honra de visitar o Parlamento catarinense, está aqui presente o presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, José Hilson

Sasso, que veio acompanhado dos vereadores, das lideranças e do presidente do meu partido, Carlinhos. Todos vieram na busca de uma solução que a comunidade espera: a contratação de um cirurgião-pediátrico para a região. Mas estão aqui buscando resolver outras questões que também são fundamentais, como os hospitais da região.

Então, é uma honra, na tarde de hoje, este Parlamento ser prestigiado por tantas lideranças de Araranguá e região. E elas vieram aqui para realizar um trabalho importante na área da Saúde da região.

Eu quero levantar algumas questões importantes. Santa Catarina viveu, e vive, um momento importante, através do Prodec, do Pró-Emprego. Nos últimos anos do governo de Luiz Henrique houve um investimento de R\$ 17 bilhões em Santa Catarina, através de empresas nacionais e internacionais que se instalaram no estado, gerando muitos empregos, renda e qualidade de vida ao povo.

Nós tivemos a alegria de poder trabalhar seis meses sem parar, todos os dias, na Fazenda, porque precisávamos negociar o ICMS retido, no valor de R\$ 20 milhões, para que uma empresa pudesse se instalar em Araranguá. Conseguimos negociar com o governo e hoje a CTA está instalada em Araranguá e irá gerar mais de mil empregos, terá um faturamento, aproximadamente, de R\$ 300 milhões/ano e irá contribuir com a região.

A CTA é uma empresa brasileira que veio do Rio Grande do Sul e instalou-se em Araranguá.

Trabalhamos durante um ano, todas as semanas, na Fazenda, para trazer uma das maiores empresas do mundo, que é a Alliance One. Ela é uma multinacional que tinha R\$ 40 milhões de ICMS retidos. Nós conseguimos negociar e eles investiram mais de R\$ 120 milhões na maior obra física de Santa Catarina, sem um centavo de financiamento. E esses R\$ 40 milhões são parcelados. É ICMS retido por exportação deles e que nós negociamos o parcelamento.

Com isso, a minha região recebeu mais uma empresa, a Phillips Morris, que vai gerar, aproximadamente, mil empregos. As três empresas vão gerar mais de quatro mil empregos, com mais de um R\$ 1,5 bilhão de faturamento para Araranguá e região, que é o vale do Araranguá. Então, essas são conquistas reais que trouxemos para a região sul.

Hoje vamos continuar trabalhando na questão da BR-101, porque ela atrai investimentos para toda a região. Trabalharemos para, daqui a quatro ou cinco meses, podermos entregar o Aeroporto de Jaguaruna, que será um investimento extraordinário. Aquele será um dos melhores aeroportos do sul do Brasil. Ele irá ser melhor e maior que os aeroportos de Florianópolis e Porto Alegre, podendo ter voos internacionais para o mundo inteiro. Qualquer aeronave, independentemente tamanho, poderá pousar lá.

Então, com isso e mais o Porto de Imbituba, que é um dos mais seguros de

Santa Catarina, com o calado no mar - e assim não há enchente -, há um investimento do Grupo Votorantim de mais de R\$ 300 milhões. E nós vamos ter agora - e está no Orçamento - R\$ 50 milhões para baixar o calado para, assim, os grandes navios poderem atracar naquele porto. Portanto, teremos um porto que vai receber investimentos e muitos produtos de exportação e importação.

Nós trabalhamos durante muitos anos para conquistar a Serra do Faxinal que liga Araranguá, Sombrio, São João do Sul, Santa Rosa, Praia Grande, e depois sobe a Cidade dos Canyons e vai por Canela, Gramado, Caxias do Sul, diminuindo o percurso em aproximadamente 200km. Se antes a viagem durava três horas e meia ou quatro horas, agora ela vai durar uma hora e quarenta e cinco minutos. A metade da obra está pronta e a outra metade foi incluída no BID V e a obra será executada agora.

Nós estamos trabalhando, sim, e só falta a licença ambiental. A BR-285, Serra do Faxinal, vai ligar Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja, Argentina, Chile, Uruguaí e Paraguai, caindo no extremo sul de Santa Catarina. Toda soja do Rio Grande do Sul vai cair no Porto de Imbituba, porque o trajeto será 250km mais perto do que o Porto do Rio Grande. E nós teremos o retorno da cerâmica vermelha.

Então, são ganhos reais. A região sul foi penalizada, e muito, e agora nós temos que recuperá-la. Estamos trabalhando nesta direção, a passos largos: para a recuperação da região.

Por isso a importância, sim, de que a BR-101 seja concluída e de termos assegurada a conclusão do aeroporto para poder gerar emprego, renda e qualidade de vida ao povo.

Assim sendo, queremos agradecer por tudo que foi feito pelos governos Luiz Henrique da Silveira/Eduardo Moreira e Luiz Henrique da Silveira/Leonel Pavan. E agora temos um governo que se está preparando para uma grande missão, que é o de Raimundo Colombo. Eu tenho a convicção de que irá fazer um dos grandes governos em Santa Catarina. E para isso nós temos que nos preparar - e nós, no Parlamento, estamos preparados - para poder contribuir com essa missão de desenvolver Santa Catarina.

Eu gostaria de falar por mais algum tempo, mas concederei o restante do horário do partido ao eminente deputado Aldo Schneider.

Para encerrar, quero agradecer a presença dos líderes de Araranguá e da região. Juntos vamos construir, na área da Saúde, a tranquilidade, principalmente para as crianças. E isso é importante para todos nós.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesa) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, é com satisfação que voltamos a esta tribuna, neste momento, para reconhecer o trabalho que a Defesa Civil do estado de Santa Catarina está fazendo em favor de todos os municípios atingidos pela catástrofe ocorrida nos meses de dezembro e janeiro.

Então, desta tribuna da Assembleia Legislativa, eu gostaria de fazer uma menção toda especial à Defesa Civil do estado de Santa Catarina, na figura desses abnegados servidores estaduais: do major Márcio, do major Emerson, de José Florêncio e do nosso futuro secretário e senador Geraldo Althoff.

Quero também registrar que as comunidades do vale de Itajaí, em especial do alto vale, estão satisfeitas com o atendimento feito num momento difícil, de recuperação das nossas cidades e, principalmente, das nossas regiões agrícolas.

Então, gostaria, de forma muito especial, de dizer ao governador Raimundo Colombo muito obrigado. Eu, que tenho participado diariamente de todas as atividades dos municípios afetados com a questão dessa catástrofe ocorrida em dezembro e janeiro, quero dizer a todos que a participação governamental tem sido importantíssima porque, além das questões emergenciais de atendimento momentâneo, no que tange a cestas básicas, a medicamentos, a *kit* de limpeza, através da Defesa Civil e de todos os órgãos do governo do estado... E aí faço um registro especial também da atuação do Deinfra e de tantas outras secretarias do estado. E até por determinação do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira estão com um corpo técnico e funcional em todos os municípios que foram afetados, levantando efetivamente os problemas que ocorreram na questão de infraestrutura desses municípios.

Além disso, também estamos fazendo um trabalho muito forte, na condição de deputado estadual, junto com a Defesa Civil e com o gabinete do governador, no sentido de buscar alguns caminhos para aquelas pessoas que realmente perderam tudo.

Eu posso citar que no último sábado estive no município de Rio do Campo, onde visitei as comunidades de Rio Azul e Carneiro. Lá conversei com um casal de mais ou menos 70 anos, que me contou que a sua casa foi totalmente destruída por uma avalanche de terra, de árvores, que tudo aquilo que o casal tinha para a sua sobrevivência financeira, ou seja, dez cabeças de gado - pois eles vivem de agricultura familiar e, portanto, da produção leiteira -, foi soterrado pela avalanche de terra que ocorreu naquele momento. E aí o casal me perguntou: "E agora, deputado Aldo Schneider, como é que vamos fazer para sobreviver?"

É isto que o Parlamento de Santa Catarina e o governo do estado, juntos, devem fazer: uma grande mobilização catariense no sentido de buscar respostas para esse tipo de pergunta.

As famílias que foram atingidas pela catástrofe, e que possuem as suas lavouras financiadas por qualquer órgão financeiro, detêm o seguro agrícola. E aquelas famílias que possuem todo o seu plantio com recursos próprios e não possuem financiamento, além de perder toda a sua produção, ainda vão ficar com dívidas com o sistema financeiro nacional, e evidentemente catarinense, e muitas através de cooperativas.

Então, eu gostaria de chamar a atenção para a necessidade de que o Parlamento e o governo do estado juntos busquem alguns encaminhamentos para esse tipo de resposta.

Eu também gostaria de deixar aqui bem claro a toda Santa Catarina o trabalho extremamente eficaz que a Defesa Civil fez nos municípios de: Rio do Campo, Taió, Mirim Doce, Agrolândia, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste, Alfredo Wagner, Aurora, Chapadão do Lageado, Apiúna, Dona Emma, Presidente Getúlio, Gaspar, Ilhota, Luiz Alves e Agrônômica. São estes os municípios da base que represento nesta Casa do Povo de Santa Catarina.

Então, de forma muito especial, os nossos agradecimentos a toda equipe governamental, mas, em especial, ao governador Raimundo Colombo, pela sua presença em Mirim Doce, e também ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira e à Defesa Civil, capitaneada pelo senador Geraldo Althoff, pelo major Márcio, pelo major Emerson e também pelo José Florêncio.

E gostaria de dizer que vale a pena, sim, ser servidor público, porque através dessa missão de servir à sociedade catarinense, todo esse quadro de funcionários está minimizando o sofrimento de muitos catarinenses iguais a nós. Gostaria de agradecer a participação de todos, neste momento, e, evidentemente, dizer que estamos à disposição desta Casa para defender sempre os interesses do vale do Itajaí e de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, já foi registrada aqui a presença dos vereadores Itamar Agnoletto e Rui Mendonça, de Chapecó. Gostaria de registrar também a presença do Manoel e do Abel Nascimento, meus conterrâneos de Canoinhas que assessoram o vereador Marcos na Câmara de Blumenau e que hoje estão aqui para tratar de assuntos na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência também

registra a presença dos vereadores do município de Paial, Sadi Miguel Endress e Mercedes Vizzoto.

Quero registrar com muita alegria a presença desses vereadores nesta Casa. Sejam bem-vindos!

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, minha saudação aos vereadores de Araranguá, de Paial, ao prefeito de Rio Negrinho e às demais autoridades que estão presentes na sessão plenária do dia de hoje.

O assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, já manifestado pelo deputado Kennedy Nunes, diz respeito inicialmente ao problema dos nossos rizicultores, porque Santa Catarina é o segundo maior produtor de arroz do Brasil, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul.

Os líderes do município de Massaranduba e região, Jaraguá do Sul, Guarimir, Schroeder, Joinville, entre outros que produzem arroz em Santa Catarina, mas em especial Massaranduba, no dia 18, na próxima sexta-feira, vão fazer uma manifestação na rodovia 474, em frente ao posto Pacheco, na divisa do município de Guarimir. Essa manifestação deverá dar algum reflexo na situação de alguns produtos que são produzidos pelos nossos agricultores no Brasil.

No caso do arroz, há alguma coisa que não está correta. O Brasil não consegue importar produtos, inseticidas e insumos de países vizinhos do Mercosul, porque a Anvisa brasileira alega que esses produtos comprometem a qualidade do produto final.

O interessante é que lá eles aplicam esses mesmos produtos e vendem o arroz para o Brasil. E aí não compromete? A política de importação e exportação do nosso produto tem que ser revista.

Já que não podemos utilizar determinados produtos, certos insumos, porque comprometem a qualidade dos nossos produtos, como é que esses produtos podem ser vendidos aqui? Esses produtos, que são produzidos nos países do Mercosul, vêm para o Brasil com a aplicação dos mesmos produtos de insumos e inseticidas que os nossos produtores querem usar e não podem! Ao mesmo tempo, a política de incentivos, de benefícios aos produtores do nosso país vizinho, é muito maior, desde máquinas e equipamentos.

Hoje, os nossos rizicultores estão passando por uma dificuldade enorme. Ouvi atentamente o deputado Padre Pedro Baldissera e quero fazer uma referência à importação do filé de pangá.

V.Exa., deputado Pedro Baldissera, tem toda razão, porque estamos importando produtos que estão concorrendo, de forma desleal, com os nossos produtos brasileiros, a exemplo do que está acontecendo ou já aconteceu com o feijão preto, porque enquanto importamos da China o nosso agricultor, infelizmente, vende a saca de 60 quilos a R\$ 40,00.

Então, é necessário que se faça uma política de importação e exportação que

não prejudique a nossa produção, que não prejudique o nosso produtor, tanto aquele que planta arroz, quanto aquele que planta feijão. Temos uma situação um pouco diferenciada no milho e na soja, mas ora o preço do feijão está bom e o preço do arroz cai ou vice-versa, mas agora o preço do feijão preto e do arroz caíram ao mesmo tempo.

Portanto, o agricultor não tem, na verdade, uma estabilidade econômica por conta dessa variação de preço e aí entra a interferência dos governos, principalmente do governo federal na política de importação e exportação.

Ainda para concluir a questão dos rizicultores, gostaria de lembrar que na sexta-feira próxima, dia 18, a partir da 8h30 da manhã, acontecerá uma manifestação em Massaranduba e todos estão convidados a participar desse movimento pacífico, evidentemente, ordeiro, mas que retrata a insatisfação dos nossos rizicultores.

Ouvi atentamente também a manifestação do deputado Manoel Mota com relação ao governo anterior. Não quero fazer nenhuma crítica, mas apenas uma constatação, porque houve, sim, alguns equívocos.

O primeiro é com relação ao ICMS das exportações, porque na verdade não haveria motivo para termos interlocutores na liberação desses recursos, pois esse dinheiro fica no caixa do governo por conta da isenção do ICMS e deve ser liberado de forma automática, sem interveniência de ninguém. Isso já aconteceu em Santa Catarina, e deveria ser uma coisa automática, pois aquele que exporta e tem o incentivo é isento do ICMS; então, não há por que ter interlocutores para liberar esse dinheiro, que deve entrar na conta dessa empresa que exporta, sem interveniência de ninguém, como já era praticado.

Nessa mesma linha, quero crer, deputado José Milton Scheffer, que o governador Raimundo Colombo tomou uma atitude coerente e necessária, pois um dos seus primeiros atos de governo foi a suspensão do Pró-Emprego. Não que ele não possa existir, apenas deve ser reavaliado, porque é um incentivo para importar produtos via Santa Catarina. Obviamente, esse programa estimulou muito o aumento da receita, mas é preciso ter muita cautela e debater muito essa matéria, porque muitas empresas instalaram-se em Santa Catarina, mas hoje, certamente, se for retirado esse incentivo, vão ter dificuldades em permanecer no estado.

Penso ainda que não é justo que se amplie esse incentivo, sem muitos critérios, para qualquer tipo de produto importado, porque podemos, novamente, trazer uma concorrência desleal para aqueles que produzem aqui. Poderíamos ter isenção para a importação de máquinas, de equipamentos, isto sim, para incentivar a nossa produção local. Ao incentivar ou beneficiar a importação de produtos acabados, estamos beneficiando outros países, gerando riquezas e empregos para eles.

Penso e acredito que essa decisão de suspender o Pró-Emprego por 120 dias foi uma decisão inteligente do governo, da secretaria da Fazenda, para fazer um novo debate, reavaliar e definir critérios para essa política de incentivo à importação via Santa Catarina. Não podemos trazer mais prejuízos para os produtores e para os empreendedores catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria, com sua permissão, de registrar a presença do prefeito do município de São Miguel d'Oeste, Nelson Foss da Silva, prefeito do Partido dos Trabalhadores daquela cidade.

Desejo ao prefeito boas-vindas a esta Casa em meu nome, em nome da bancada do PT e também em nome do deputado Maurício Eskudlark, que é de São Miguel d'Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Baldissera. Fica feito o seu registro. E esta Presidência também cumprimenta e deseja boas-vindas ao prefeito de São Miguel d'Oeste.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, faço uso deste tempo reservado ao partido para tecer algumas considerações sobre a questão da reforma política.

Antes, porém, permita-me, sr. presidente, cumprimentar o prefeito de Ibirama, que nos prestigia, e também o vereador Marco Antônio, de Blumenau, que aqui esteve e com quem tive a oportunidade de trabalhar durante 12 anos na Câmara de Vereadores daquele município.

Tenho sido questionado, sr. presidente, srs. deputados, em diferentes ocasiões, em diferentes municípios de Santa Catarina, sobre o nosso posicionamento relacionado à reforma política.

Há algumas temáticas que são comuns nesses debates como a questão do financiamento público, do voto em lista ou do voto distrital misto. Tenho, particularmente, minhas posições, que nem sempre estão, deputado Volnei Morastoni, sintonizadas com as posições do partido. Um exemplo disso é a questão do financiamento público. Eu sei que o Partido dos Trabalhadores também tem uma posição oficial, documentada, sobre a questão do financiamento público, e não é o mesmo posicionamento do Democratas. Mas tenho algumas preocupações em relação ao financiamento público, deputada Dirce Heiderscheidt. Acho que o eleitor brasileiro quer saber se vamos tirar os parcos dinheiros, deputado Jailson

Lima, da Saúde ou da Educação para o financiamento público.

Quanto à questão do voto distrital, particularmente, sou favorável ao modelo que vemos na Alemanha e em outros países da Europa. E quanto ao voto distrital misto, em que 50% desta Casa seria eleito de forma distrital e 50% de forma estadualizada, acho que seria uma boa saída.

Agora, quanto ao voto em lista, tenho-me posicionado a respeito, nos meios de comunicação, e quero aqui ratificar a minha posição contrária. E por que sou contrário a essa proposta? Porque entendo que já está debilitada a condição dos nossos partidos, e a nossa insipiente ainda democracia seria ameaçada, mais uma vez, com o voto em lista.

Entendo que os partidos estariam ameaçados de se tornar, sr. presidente, um balcão de negócios. Acho até que o deputado Nilson Gonçalves pronunciou-se aqui sobre essa temática, nessa mesma esteira.

Preocupo-me, sim, com os municípios, principalmente com os pequenos, em que a barganha à época da eleição seria muito grande, se tivéssemos implantado no Brasil o voto em lista.

Quando vamos a um município pequeno, como Agrolândia, em época de eleição, há sempre um empresário que diz: "Olha, nunca fui vereador nesta cidade, gostaria de ser, tenho condições de financiar a campanha do prefeito, mas o meu nome tem que ser o primeiro da lista para vereador." E aí como fica? Então, no meu entendimento, modesto entendimento, estaríamos fomentando ainda mais a barganha dos partidos, estaríamos fomentando uma negociata nos partidos com o voto em lista.

Eu ouvi hoje, pela manhã, que a comissão instituída pelo Senado - e se não estou equivocado o ex-governador Luiz Henrique da Silveira está nessa comissão, também o ex-presidente da República, Fernando Collor, o ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves, enfim, outras figuras da política brasileira - está propondo que nas próximas eleições os eleitos sejam os de maior votação.

Talvez para a população seja um critério justo, porque na cabeça, no imaginário popular, é isto que a maioria da população gostaria de ver. No caso deste Parlamento, por exemplo, que os 40 deputados mais votados, independentemente de partido, estivessem nesta Casa e ocupassem estas cadeiras. É um critério que me parece estar sendo, de forma insipiente, trazido ao debate no Senado Federal, e que vamos acompanhar de uma forma muito atenta nesta Casa.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Ismael dos Santos, gostaria de fazer uma pequena observação baseada numa frase que o governador Raimundo Colombo nos falou hoje. Imagine que num

jogo de futebol o seu time vença por 2 x 1, com um gol de cabeça. Ao final da partida o juiz anula o gol dizendo que não vale mais fazer gol de cabeça. Como fica? O grande problema é que a regra do jogo muda a qualquer hora, a qualquer momento, a qualquer tempo, e isso não é definido de forma clara.

Deputado Ismael dos Santos, acho que v.exa. tem razão nas suas colocações e temos que trabalhar para que a regra do jogo seja clara e definitiva, antes e depois do jogo.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann, não há dúvida de que a insegurança jurídica acaba prejudicando todo o processo.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Ismael dos Santos, v.exa. tocou num assunto que julgo extremamente palpitante e que interessa a todos, indistintamente, que é a questão do voto em lista.

Tenho defendido, com unhas e dentes, a necessidade de formarmos um pensamento em bloco, muito forte, para contestar isso, porque olhando aquela composição da comissão que está analisando a reforma política, preocupo-me muito. Temos na composição daquela comissão muitos caciques políticos, e se há alguma coisa que interessa aos caciques políticos deste país é justamente o voto em lista, porque eles manipulam os partidos. Eles detêm o poder dos partidos. E certamente poderão também influir na lista que vai ser colocada ao eleitorado. Isso me preocupa bastante.

Outra questão interessante é o financiamento público de campanha. Todos nós gostaríamos de ter, mas não tenha dúvida nenhuma de que seria o caixa 3. Seria o caixa 3! Financiamento público de campanha, dinheiro do cidadão que trabalha, mais um pouquinho do dinheiro dele, é institucionalizar no país o caixa 3. Eu duvido que com o financiamento de campanha os candidatos deixem de receber dinheiro de empresário etc. Teríamos então o caixa 3, essa é a verdade.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Concorde, é mais dinheiro para menos resultado.

Por tudo isso entendo que esta Casa deva também trazer essas questões ao debate para que possamos nos posicionar e, quem sabe, referendar medidas que de fato contribuam para o fortalecimento da democracia brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, alguns parlamentares estão

em seus gabinetes. Mas eu gostaria de pedir a presença, após a Ordem do Dia, por volta das 16h15, 16h30, aqui em plenário, dos seguintes parlamentares: deputado Aldo Schneider; o representante do deputado Joares Ponticelli, que poderia ser o deputado Silvio Dreveck; o representante da deputada Ana Paula Lima, que já disse que não poderia estar presente; a deputada Angela Albino e os deputados Gilmar Knaesel, Sargento Amauri Soares, Narcizo Parisotto e Altair Guidi, para que possamos realizar a reunião de constituição do Fórum Permanente para a Duplicação da BR-470. Se esses deputados puderem estar presentes às 16h15 aqui, neste plenário, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann. Fica feito o registro e o convite aos srs. deputados.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero aqui saudar cada parlamentar presente, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital. Dispomos de 11 minutos porque o 11 está na base de apoio do governo federal, deputado Moacir Sopelsa. E hoje o 11 está em Brasília, que juntamente com o PMDB dará uma demonstração de responsabilidade ao país.

Estamos tendo uma das principais votações no Congresso Nacional na data de hoje, que é a votação do salário mínimo. O governo colocou na pauta do dia, responsabilmente, pensando no futuro, R\$ 545,00. O PSDB faz a defesa de R\$ 600,00. Proselitismo eleitoral, principalmente do sr. José Serra. E o Democratas está defendendo R\$ 560,00.

Primeiro temos que ter claro que o nosso presidente Lula ao acordar uma política de salário mínimo neste país, a partir de 2007, estabeleceu ganho real na mesa do trabalhador brasileiro. Temos que ter claro que ao incrementarmos cada real acima do previsto impactará só na folha da previdência social R\$ 290 milhões/ano déficit. Mas não é por isso que esse acordo de contemplação e manutenção do salário mínimo deve ser mantido. Em 2002, quando assumimos o governo neste Brasil, o trabalhador brasileiro não recebia US\$ 100 de salário mínimo. Após oito anos de governo Lula, passou para R\$ 510,00, ultrapassando US\$ 200 de salário mínimo.

Temos que ter claro que a crise internacional gerou desemprego no mundo. Nos Estados Unidos e na Europa há quase 30 milhões de desempregados. No Brasil gerou-se emprego quase na plenitude da política de emprego. O nível de desemprego, no Brasil, num ano de crise, ficou em torno de 6%. E no ano passado, para os trabalhadores brasileiros, ao incorporarem a inflação, com mais o acordo coletivo que tinha sido feito entre o governo e as centrais

sindicais, permitiu-se que houvesse reajustes de quase 9%.

Este ano, mesmo com o reflexo da crise do ano passado, propõe-se o valor de R\$ 545,00. Nós vimos o Serra indo para o Congresso defender os R\$ 600,00. Mas, aqui, temos que nos lembrar de que, quando se implantou o piso nacional de salário dos professores neste país, que era R\$ 1.050,00, o governador Serra, em São Paulo, e juntamente Santa Catarina e o Paraná, entraram com uma ação no Ministério Público, dizendo que era inconstitucional, para não pagar o piso nacional dos professores.

Ao mesmo tempo, temos que ter claro que o Bolsa Família é um programa em que quem paga é o governo federal, e isso é inclusão familiar. A Previdência Social quem banca é o governo federal, não são os estados.

São tantas as questões envolvidas que, neste momento, aqui, temos que parabenizar a presidente Dilma Rousseff pela forma responsável que tem conduzido este país, fazendo um ajuste fiscal de R\$ 50 bilhões para conter a inflação, mostrando responsabilidade administrativa e, principalmente, mostrando que enquanto se pede hoje R\$ 600,00 de salário mínimo, sem pensar no futuro e no que geraria de déficit público neste Brasil, nós também temos que pensar que a política salarial do governo já está sendo prevista para janeiro do ano que vem, ou seja, para daqui a dez meses, com quase 14% de reajuste salarial. Porque, de acordo com a inflação deste ano, em janeiro do ano que vem o trabalhador brasileiro terá R\$ 618,00 de salário mínimo. E essa política econômica irá continuar, com ajuste fiscal, com controle dos gastos públicos. Assim nós deveremos ter no final de quatro anos um salário mínimo ultrapassando a cifra dos R\$ 700,00. E, mantendo esse piso, essa taxa cambial e o nível do dólar atual, deputado Neodi Saretta, no final de quatro anos o trabalhador brasileiro estará recebendo quase US\$ 500 de salário mínimo, neste Brasil.

Por isso, quero ter o privilégio de passar a palavra ao deputado Darci de Matos, porque o Democratas em Brasília está sendo mais racional do que o PSDB, está sendo mais responsável. Mas, deputado Padre Pedro Baldissera, por quê? Porque, com a reforma política vamos ver que vocês estarão todos na base do governo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, não sabemos o dia de amanhã. Agora, não poderia deixar de fazer um elogio ao seu pronunciamento e à gestão Lula, que indiscutivelmente fez um excepcional governo, priorizou os menos favorecidos, a economia cresceu e o país se desenvolveu com qualidade de vida, promovendo uma verdadeira distribuição da renda.

Também não posso deixar de afirmar, deputado Jailson Lima, que o salário mínimo, este ano, poderia ser um pouquinho melhor, principalmente para atender aos

aposentados que tocam suas vidas com muita dificuldade. Mas foi um grande governo, e a Dilma começou bem. Temos que elogiar também a sua atitude, porque recebeu com inteligência, com elegância o governador Raimundo Colombo, ajudando Santa Catarina. Teve uma postura republicana.

Parabéns ao governo Lula e parabéns à Dilma, que começa com o pé direito.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero dizer, deputado Darci de Matos, que eu também gostaria que o salário mínimo fosse maior, mas a atitude de uma executiva tem que ser racional, de visão de futuro. E visão de futuro, neste momento, é o Congresso Nacional ter a plenitude da sapiência, pensando em incluir neste Brasil mais de 30 milhões de brasileiros na classe média, na atual conjuntura econômica, com uma postura arrojada e com responsabilidade pública. Nos próximos quatro anos, ou nos próximos seis, mais de 40 milhões de brasileiros estarão sendo incluídos na classe média brasileira, aumentando o poder de consumo e principalmente aumentando a economia.

Mas parece que neste momento a imprensa nacional está tentando descolar o governo da Dilma do governo do Lula. Estão tentando dar uma conotação de que são dois governos diferentes. E até o Arnaldo Jabor, num depoimento, esta semana, no *Jornal Nacional*... Pensei duas coisas: ele surtuto pelo que está dizendo ou está tomando água benta e está vendo o país - porque pelo nível de elogios que ele fez ao governo Dilma... Eu jamais imaginei que fosse ouvir essas palavras de Arnaldo Jabor. Reconheceu a capacidade, a gestão, a responsabilidade, mas ao mesmo tempo quis dizer que é outro governo.

Queremos deixar claro ao povo brasileiro que este governo é um só, tem um comando só, que este governo é protagonizado por uma estrela, que concebe uma política econômica de inclusão social neste país, de crescimento na plenitude, investindo na Educação, na Saúde. Vimos agora o Programa Nacional de Distribuição de Medicamentos, deputado Volnei Morastoni. Nós, que somos médicos, sabemos o que isso representa nas farmácias básicas, populares e nas farmácias conveniadas. Isso tem custo. Isso é o governo federal que banca.

Por isso vejo a importância de neste momento o povo brasileiro ter um pouco de paciência com os trabalhadores. E os trabalhadores sabem que este governo, com toda a base aliada, com a responsabilidade política que se tem, continuará mantendo este país num nível de crescimento e no nível de reconhecimento internacional que conseguiu.

Por isso, parabéns à presidente Dilma, ao presidente do Congresso, deputado Marco Maia, que muito bem está conduzindo isso, e ao revolucionário José Sarney, que está fazendo um sacrifício pela nação no Senado, como presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença ilustre nesta Casa do delegado Renato Hendges, presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina, que tantos relevantes serviços tem prestado à sociedade catarinense na área da segurança pública, acompanhado dos delegados Diego, Juliana e Mauro, tratando da defesa e dos interesses da classe. Quero parabenizá-los e registrar as presenças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do dia.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s 0030/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0031/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0032/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0033/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 0034/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0035/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0036; 0037 e 0038/2011, de autoria do deputado Jailson Lima e 0039/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Também comunica que defere os seguintes Requerimentos n.s 0037/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 0038; 0039 e 0040/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0041/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0042/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes e 0044 e 0045/2011 de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência também submete à deliberação do plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0043/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que requer a constituição do Fórum Permanente de Combate às Drogas.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, eu quero agradecer aqui a acolhida que a Presidência deu a esse debate e conclamar os pares para que de fato façamos valer o papel de agente público também nessa questão tão instigante para todos nós, brasileiros, que é a questão das drogas, principalmente no que diz respeito a esse binômio drogas e violência.

Eu espero que através desse fórum possamos apontar caminhos e trazer soluções positivas para o estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, permita-me registrar ainda a presença aqui hoje no Parlamento do fórum de luta e unidade de ação de Santa Catarina. Estaremos olhando com carinho as suas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 0046/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; ao especialista em Regulação da ANTT - Posto de Fiscalização de Itapema no estado; ao superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal - DPRF/SC; ao procurador-chefe da Procuradoria da República, em Santa Catarina, e ao superintendente do DNIT, no estado, pedindo providências no sentido de fiscalizar e gerenciar junto à empresa Auto Pista Litoral Sul, concessionária do trecho norte da BR-101 em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n.0047/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor superintendente da Auto Pista Litoral Sul S.A., pedindo providências no sentido de viabilizar a qualidade dos materiais e procedimentos empregados nas obras de reforma, recapagem e sinalização horizontal no leito da pista do trecho norte da BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção n.0004/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional da Caixa Econômica Federal, pedindo a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, aos atingidos pelas enchentes ocorridas no mês de fevereiro, no município de Joinville e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, eu quero aqui agora pedir a presença dos deputados para que possamos fazer a reunião de instalação do Fórum Parlamentar Permanente para acompanhamento da duplicação da BR-470. Os parlamentares já foram convidados. Mas gostaria aqui de reforçar o convite aos deputados Aldo Schneider, Joares Ponticelli, Ana Paula Lima, Gilmar Knaesel, Sargento Amauri Soares, Narcizo Parisotto, Angela Albino, Altair Guidi. Pediria àqueles que estão em seus gabinetes para que venham ao plenário a fim de que possamos fazer essa reunião rapidamente aqui.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença, nesta Casa, de várias organizações do movimento popular de Santa Catarina - entidades sindicais, associações, organizações políticas -, que estão manifestando o seu repúdio ao aumento de R\$ 10 mil no salário dos deputados contra o aumento de R\$ 35,00 no salário mínimo nacional.

Nós falamos, nas duas últimas semanas, nesta Casa, três vezes nesse assunto, mas o tempo de 30 segundos é pequeno para reproduzir o que falamos aqui. Acharmos que existe de fato uma desproporção e que é necessária uma relação entre os salários de todos os servidores públicos do país, desde os mais altos salários até o piso salarial, numa proporção mais razoável, principalmente na qualidade do serviço público, porque depende também da valorização do servidor essa chamada desse documento que está sendo entregue por esse movimento na tarde de hoje.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero, no dia de hoje, trazer novamente uma questão que já tratamos durante os últimos dias, que é a falta de funcionários em vários setores do governo. Mas antes disso quero comentar, rapidamente, um tema que v.exas. trouxeram para esta Casa, desta tribuna. O deputado Kennedy Nunes, em posse de um documento das organizações representando os

agricultores produtores de arroz em nosso estado, principalmente a região norte, tem acompanhado passa a passo, nos últimos 30 anos, toda a construção das políticas públicas para a agricultura e, principalmente, para a agricultura familiar.

Foram dados passos importantes nesse setor, para facilitar o crédito entre os agricultores, a fim de que eles pudessem investir no Pronaf, no programa Mais Alimento e em outras políticas em termos de crédito para o setor, deputado Sargento Amauri Soares.

Nos últimos anos, três políticas importantes foram construídas para trazer mais segurança ao agricultor. Uma delas é a política do PGPFAF, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, em que o agricultor tem a garantia de um preço justo para pagar o seu financiamento e o governo paga essa diferença. Vou citar um exemplo para quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e também para os srs. deputados. O preço mínimo, hoje, do feijão é de R\$ 84,00. Se o agricultor vende o feijão a R\$ 50,00, o governo paga essa diferença quando ele tiver que fazer o pagamento do seu financiamento; o governo remunera essa diferença. Então, é uma política que vai ajudar o agricultor.

No caso do arroz, os agricultores recebem também essa garantia. Quem financiou arroz já possui essa garantia de preço para pagar o financiamento, pelo menos. Isso é muito importante.

A terceira política, deputado Sargento Amauri Soares, diz respeito ao seguro. Quando o agricultor financia pelo Pronaf e perde a produção, no caso de chuvas fortes perde tudo, ele não precisará pagar o seu financiamento.

Então, avançamos no crédito barato, subsidiado; avançamos na política de seguro e avançamos na política de garantia de preços. Assim sendo, essas três políticas são importantes.

Com relação aos demais produtos que são vendidos para o mercado, isso precisa ser resolvido, além do financiamento que tem de pagar no banco. Nesse caso, ainda não há uma garantia de preços justos. É necessário que haja um diálogo por parte do governo para ser resolvida essa questão.

Esse é o grande desafio. E o outro desafio é a armazenagem. Como muita gente pregava, o tempo todo, o livre mercado, o estado mínimo, acabaram privatizando todos os nossos armazéns. Hoje, o estado de Santa Catarina possui dois armazéns pequenos, um em São José e outro em Herval d' Oeste, que são públicos, o restante é de iniciativa privada.

Essa é a árdua, a dura realidade que se viveu, nos últimos anos, com a privatização, com o desmonte da presença do estado em termos de política pública. O presidente Lula retomou em termos de financiamento, crédito, seguro, política de preço, mas a política agrícola havia sido distribuída, durante o governo de Fernando Henrique, para dar garantia aos agricultores. É preciso retomar isso! A agricultura familiar, é importante isso ficar claro, não sobrevive sem a presença do estado, pelo crédito, pelo

seguro, pela política de preços e pela armazenagem. Não sobrevive! E nós estamos lidando com produção de alimentos, que é uma coisa sagrada.

Esse é o grande debate que precisamos fazer nesse processo, deputado Kennedy Nunes. A presença do estado na política pública é permanente. Não é entrar numa hora e sair noutra. Tem que haver uma política permanente senão falta produto, o preço sobe e a inflação aumenta porque mexe com o alimento das pessoas.

Há muita produção e o preço despenca porque há sobra de produto. Então o estado, na minha avaliação, tem que participar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Com certeza não vou tomar nem a metade do seu tempo porque imagino que v.exa. tem outros assuntos para tratar, mas quero parabenizá-lo por trazer esse assunto.

Existia, no Brasil, a política do preço mínimo até duas, três décadas atrás. Isso foi desmontado por uma lógica capitalista que acaba com a possibilidade do pequeno agricultor sobreviver, o que tem trazido à periferia das grandes cidades um contingente enorme de famílias que trabalhavam no meio rural, criando uma dificuldade, uma situação social cada vez mais difícil.

Portanto, fico contente de v.exa. trazer para discussão esse assunto, mas é preciso levá-lo até o Congresso Nacional e ao governo federal, a fim de que se possa instituir uma política de estado subsidiando a agricultura familiar, subsidiando o pequeno agricultor em todas áreas, para que efetivamente seja possível manter um sistema de produção de alimentos razoável, produzindo também mais barato para a população que precisa.

Muito obrigado pela concessão do aparte e parabéns pelo seu pronunciamento, por se lembrar disso. É uma coisa que sempre colocamos no nosso programa, uma política de preço mínimo. É preciso retomar esse debate.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Sargento Amauri Soares, para haver preço mínimo o governo precisa, na hora de comprar o produto pelo preço mínimo, de um lugar para armazenar esse produto, para depois desovar, largar nos programas públicos, inclusive para exportação; são outras formas de desovar e resolver esse problema. Infelizmente, os armazéns não existem mais hoje. Estamos reconstruindo, a Conab está fazendo a sua função, novos armazéns públicos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. tem razão em quase a totalidade, pois conhece, talvez, mais do que eu, que sou técnico agrícola, porque atua constantemente na agricultura.

É inegável que houve avanços, que o governo Lula avançou em muitos pontos. Mas nós não podemos permitir que os produtores de arroz, que irão fazer um movimento em Massaranduba (e estão convidando todos os deputados para participarem), na sexta-feira de manhã, que venderam, há quatro anos, a saca do arroz a R\$ 36,00, estejam vendendo agora a R\$ 18,00. Quer dizer, o governo federal está devendo para os produtores de arroz de Santa Catarina e do Brasil!

No mais, está tudo certo. Parabéns a v.exa., mas neste caso o governo federal precisa implementar uma política pública e agrícola urgentemente.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero terminar o meu pronunciamento sobre este tema, deputado Darci de Matos, dizendo que sou a favor da mobilização. É importante que a sociedade, quando há problema, mobilize-se, como estão fazendo os trabalhadores, organizando-se em vários sentidos, na luta pelo salário mínimo, pelo piso regional.

Os agricultores têm que ir para a rua, têm que mostrar as suas insatisfações, e isso tem que repercutir também em Brasília, no Congresso e em outros espaços. E para ajudar também a agricultura familiar, estou recebendo muitas ligações de várias regiões de Santa Catarina, e aqui, durante a semana, houve vários pronunciamentos sobre os problemas enfrentados pelos professores, na área da educação.

Quero falar aqui sobre a grande reclamação que há pelo estado afora com a questão da Fatma, Fundação Estadual do Meio Ambiente, deputado Darci de Matos. Nós temos centenas, milhares de contratos de parceria da suinocultura, da agricultura; é preciso que seja feita a averbação da reserva legal para o agricultor fazer uma transferência de terra. A Corregedoria do estado, hoje, exige, via cartório, a averbação da reserva legal e os agricultores não estão conseguindo fazer negócios com as propriedades. Está tudo parado! O próprio presidente da Fatma comentou, esta semana na imprensa, que há mais 130.000 processos parados. Isso está travando a economia catarinense, a imprensa quer se instalar, os agricultores querem investir, as pessoas querem comprar terras, mas agora não estão conseguindo colocar a terra em seu nome.

Então, esse é um problema gravíssimo que o governador tem que resolver. Os agricultores e a população catarinense não podem esperar tanto nessas diversas áreas.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V. exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Muito obrigado, sr. deputado Dirceu Dresch.

A título de informação, deputado Dirceu Dresch, quero comunicar a v.exa. que ontem nós nos reunimos com o governador Raimundo Colombo, ocasião em que levamos essa preocupação com a questão ambiental em Santa Catarina, principalmente no que se refere aos licenciamentos. E

ontem mesmo ele determinou à Casa Civil, juntamente com o presidente da Fatma, que preencha os cargos regionais para que esse assunto seja equacionado e resolvido, até porque é uma ação governamental indispensável ao desenvolvimento econômico e social do estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Eu quero trazer outra questão à tona, além da questão da Fatma, que é a questão dos brincos da Cidasc, porque há muitas regiões, muitos municípios que estão sem os brincos para fazer a brincagem dos nossos animais. A lei exige 60 dias para o animal ser registrado e não há brinco. Até mesmo no meu município, Saudades, o pessoal está querendo fazer, cumprir uma determinação da Cidasc e não há condições de estrutura.

Portanto, essas questões precisam ser resolvidas. Nós compreendemos que é início de governo e que há muita coisa para resolver, mas não podemos parar o nosso trabalho e a nossa economia...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, eu iria utilizar a tribuna para dar sequência ao assunto que o deputado Ismael dos Santos, com muita propriedade, levantou, que é a reforma partidária. Mas me veio às mãos um *e-mail*, há pouco, que me deixou indignado.

V.Exas. sabem da luta que temos para manter vivo, em Santa Catarina, os bombeiros voluntários. Temos, em Joinville, o maior exemplo de bombeiros voluntários do país e alguns heróis ainda em alguns municípios de Santa Catarina lutando para não morrer.

Em São Francisco do Sul, temos bombeiros voluntários que são também um verdadeiro exemplo de dedicação e de luta para o bem-estar daquela comunidade. Eles estão há 34 anos prestando serviços àquele município.

Eu recebi um *e-mail* com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Senhores, eu subscrevo-lhes para informar a nova manifestação política do exmo. sr. prefeito de São Francisco do Sul, Luiz Roberto de Oliveira, para o Bombeiro Voluntário da cidade. O exmo. sr. prefeito se reuniu com o então comandante geral do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina, coronel BM José Luiz Masnik, para assinar um convênio entre o Executivo e esta instituição estadual. Com o acordo, o Corpo de Bombeiro Militar passará a atuar nas atividades técnicas, atendimento pré-

hospitalar e coordenação da defesa civil do município." [sic]

Mais uma vez o sr. prefeito Luiz Roberto de Oliveira mostra-se contrário às ações dos bombeiros voluntários de São Francisco do Sul, que há 34 anos prestam um serviço de qualidade aos cidadãos francisquenses. É lamentável que o prefeito do mesmo partido do deputado estadual Reno Caramori seja tão contrário aos princípios do nosso guerreiro da Alesc, assim como os demais deputados que acreditam e apoiam os bombeiros voluntários de Santa Catarina.

O acordo seguirá para a secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão do estado, para que seja aprovado, a fim de serem destinados os recursos para a implementação das atividades. Cabem agora os nossos apoios políticos, através dos deputados simpáticos da causa dos bombeiros voluntários, interferirem e não deixarem que as atividades do Corpo de Bombeiros Voluntários de São Francisco do Sul simplesmente acabem.

As informações apresentadas no corpo deste *e-mail* foram retiradas do *twitter* do comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina, Coronel José Luiz Masnik, que está em anexo neste *e-mail*.

Deputado Reno Caramori, v.exa. está sabendo disso? V.Exa. tomou conhecimento disso? O nobre deputado foi inclusive citado aqui com muita tristeza por quem encaminhou esse *e-mail*.

Mas nós sabemos, deputado Reno Caramori, não só eu sei como v.exa., que há um propósito, desde o dia em que foi votada nesta Casa a criação do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina, de aos poucos sufocar, até exterminar por completo, a atividade de bombeiro militar de Santa Catarina.

Existe esse propósito. Em Joinville se tentou, muito timidamente, instalar alguma unidade, uma coisa relacionada ao bombeiro militar. Mas como é forte, houve uma gritaria imediata e um entendimento posterior para uma convivência pacífica e tranquila das duas unidades.

Em São Francisco do Sul, há 34 anos, o Corpo de Bombeiros Voluntários é forte e lutador. E por muito menos que a metade do dinheiro que será gasto para ser instalada lá uma unidade de bombeiros militares, nós manteríamos vivos, saudáveis, atendendo à comunidade, de maneira satisfatória, o nosso querido Corpo de Bombeiros Voluntários de São Francisco do Sul.

Sei que o deputado Reno Caramori está calado porque está chocado com o que está assistindo e ouvindo neste momento. Inclusive, ele é um dos maiores defensores do Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina. Aliás, estamos sempre atentos aqui. Mas estamos sentindo que muito devagar, muito lentamente, o bombeiro voluntário será sufocado. É como se uma mão estivesse sobre o bombeiro voluntário de Santa Catarina, sobre o seu pescoço, esganando-o aos poucos, até não poder respirar mais. É isso que vai acontecer com

o bombeiro voluntário de Santa Catarina: ser esganado aos poucos. E onde não se pode esganar de uma vez por todas, vai se apertando o cerco, como já aconteceu em Barra Velha, como está acontecendo em municípios menores.

Agora, em São Francisco do Sul, não. O prefeito resolveu tomar para si essa situação, essa iniciativa. Por quê? Porque não há diálogo, não se quer nada com o bombeiro voluntário de São Francisco do Sul por problemas, quem sabe, até pessoais. E aí, lógico, o bombeiro militar, com muita satisfação, vai se instalar na cidade com as benesses do Poder Público daquela cidade, iniciativa esta necessária, profícua, excelente, bonita. E vão se instalar e ficar lá fazendo o trabalho que esta Casa aprovou.

Então, deputado, se esta Casa aprovou, v.exa. aprovou também. Aprovei coisíssima alguma! Foi feita uma pressão dos infernos em cima de mim! Ficaram em cima de mim, botaram-me num canto e pressionaram-me de todo jeito, e eu acabei me abstendo de votar aqui. Eu disse que era a favor deles, que não votaria e abster-me de votar. Fui covarde. Eu deveria ter votado contra. Mas foi tanta pressão em cima de mim, colocaram-me num canto e disseram-me que eu não poderia fazer isso. E acabei não votando. Onde está a fidelidade partidária?! E daí, para não arranjar problema com ninguém nem com a minha bancada, eu me absteve. E está aí, aprovado.

Mas podem ter certeza de que não vai levar muito tempo para termos definitivamente o bombeiro militar trabalhando em Santa Catarina. E é bom que se diga, deputado Sargento Amauri Soares, que eu não tenho nada contra e não tenho problema nenhum com o bombeiro militar de Santa Catarina. Aliás, estão procurando cumprir o que foi aprovado aqui.

A minha indignação é pelo fato de arrancar das cidades de Santa Catarina um bombeiro que trabalhava e lutava para salvar vidas de maneira voluntária e com 30% do valor que se gasta para se manter um bombeiro militar.

Essa é a verdade e não podemos fugir dela.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero parabenizar o meu colega, deputado Nilson Gonçalves, sempre preocupado com a segurança pública. Os bombeiros voluntários merecem e precisam de todo o apoio da sociedade catarinense. Realmente foi um tema muito bem abordado.

Hoje se falou muito nesta Casa, srs. deputados, sobre o manifesto dos fumicultores na região de Araranguá, que estão requerendo melhorias na questão dos preços. A agricultura é fundamental.

Outro assunto predominante, hoje, foi a

Saúde. Realmente ela é uma grande preocupação de todos os catarinenses. Muito tem sido feito, mas muito mais ainda precisa ser feito, como também na questão da segurança pública.

Hoje, recebemos do Sicom - Sindicato do Comércio da Região de Chapecó - o seu informativo contendo várias questões, inclusive um artigo a respeito da segurança pública em Chapecó, em todo estado e no Brasil. Felizmente, em Santa Catarina estamos numa situação um pouco mais privilegiada, em que pese que o grande problema, hoje, da segurança pública é a questão da nossa legislação muito benevolente. Todos os dias vemos nos jornais notícias sobre a prisão e o esclarecimento de crimes, mas no outro dia esses autores de crimes estão nas ruas praticando novos delitos.

Nós temos que exigir uma mudança na legislação federal para que a sociedade como um todo possa ter a sua proteção, para que a Polícia possa trabalhar e para que justiça possa ser aplicada.

Hoje, vemos novamente no jornal mais uma matéria sobre a Delegacia de Homicídios da capital.

(Passa a ler.)

"Morro do Horácio

Três são detidos por suspeita de tráfico"[sic]

Fala-se suspeita porque tem que dizer que é suspeita, mas, na verdade, os suspeitos já foram apreendidos com armas, drogas, produtos de crime, num belo trabalho do delegado Ênio Matos e da equipe da Delegacia de Homicídios, e que merece o nosso reconhecimento. Foi um trabalho de inteligência policial. Felizmente, com muita capacidade e investigação, não precisou haver confronto, como geralmente acontece quando se faz essas ações sempre muito perigosas. E sem disparar nenhum tiro conseguiram fazer a apreensão desses envolvidos na criminalidade. Então, temos que registrar esse trabalho que está sendo feito.

Ontem, acompanhávamos na região de Videira o trabalho do delegado Igor e dos investigadores: Luna, Valdemiro, Viera e Wagner, que também fizeram uma apreensão de drogas.

E ontem falamos muito neste plenário a respeito das drogas, esse grande mal social que ou será contido ou iremos enfrentar dias muito nebulosos ainda pela frente.

Em Canoinhas há dois registros também do belo trabalho do delegado Rui e sua equipe, que culminou com a prisão de alguns traficantes.

Quero registrar o nosso reconhecimento, falando ainda em Canoinhas, à agente policial Helena Maria Chagas, que no dia ontem iniciou o período de aposentadoria após ter feito uma bela carreira na atividade policial, participando ativamente para que aquele município tivesse mais segurança. Agora ela recebe a sua merecida aposentadoria com 30 anos de serviço.

Hoje temos a lei que protege o policial, dando-lhe a aposentadoria, quando

homem, aos 30 anos e à mulher policial com 25 anos de serviço. Essa lei foi aprovada por esta Casa em 2006.

Também estivemos, hoje, na Associação Empresarial de Itapema, e lá não ouvimos nada de diferente. O que ouvimos foram as reivindicações e a preocupação de todos os presidentes das associações comerciais e empresariais que lá estavam presentes com a questão da segurança pública. A situação evoluiu, sim, pois com os últimos concursos temos um maior número de policiais e de delegados, mas ainda não é a segurança que todos gostaríamos de ter. Esse é um trabalho que deve prosseguir, e a missão para o nosso novo secretário da Segurança Pública é continuar essa questão da contratação dos concursados e o aperfeiçoamento e a qualificação dos nossos policiais para o trabalho.

A região de Itapema pleiteia a construção de uma nova delegacia, uma vez que lá existem instalações bem acanhadas, e o município possui um projeto. Houve o aprimoramento e hoje o município emite carteira de identidade, carteira de motorista, com todos os exames, mas ainda precisamos de mais investimentos.

Também ouvi, com alegria, hoje, na questão da segurança pública, o deputado Cesar Souza Júnior, que é o secretário de Turismo, Cultura e Esporte, falar sobre a possibilidade da parceria e do Futurismo, já que aquela é uma das secretarias que recebem recursos do Fundo Social, e tendo assim recursos para investir em parceria na segurança pública, seja em ações e projetos voltados ao turismo. Mas todos esses projetos, mesmo quando voltados ao turismo, terão, graças a esses investimentos, aumentado a proteção do nosso cidadão catarinense.

Então, é muito importante pegar, hoje, recursos do Futurismo e fazer parceria com a Segurança Pública, já que todos os recursos dela não têm sido suficientes para todos os projetos e todas as iniciativas que têm sido feitas.

Portanto, parabeno todos os policiais pelas suas ações, e a sociedade reconhece e agradece esse trabalho.

Também gostaria de dizer que quase todos os policiais que passaram, nos últimos 35 anos, pela Academia de Polícia tiveram aulas com Takehisa, um professor de defesa pessoal, um grande mestre, uma pessoa ponderada, equilibrada, que na sua idade avançada ainda continua transmitindo os seus ensinamentos.

O professor Takehisa foi acometido por uma doença e esteve internado num hospital. Mas ele é uma pessoa reconhecida, deputado Volnei Morastoni, por todos os policiais. É um grande mestre que a Polícia Civil tem tido nestes últimos 35 ou 40 anos, com ele atuando como professor na Academia de Polícia Civil. E todos os policiais do estado têm o seu reconhecimento, pela forma e pela maneira como ele sempre atendeu a todos.

Teria mais alguns registros a fazer, sr. presidente, mas eu os deixarei para a sessão de amanhã.

É muito importante que, com todas essas prisões, com todas essas manchetes, a sociedade saiba que, como dizia o deputado Ronaldo Benedet, nós ainda estamos enxugando o chão com a torneira aberta. Na verdade, se não fizermos o trabalho de prevenção ao uso de drogas com ações sociais e com orientação nas escolas, não adianta efetividade e competência policial, porque os problemas vão continuar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado, como diz o comandante Edivar Bedin, meu grande amigo e um dos policiais mais exemplares que conheço em Santa Catarina, prender marginal, hoje, é como enxugar gelo. É uma coisa impressionante! As Polícias Civil e Militar têm um trabalho enorme para prender o indivíduo, e na semana seguinte dá de cara com ele nas ruas. É uma coisa impressionante!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Neodi Saretta, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer.

(Pausa)

Com a ausência do deputado José Milton Scheffer, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Remo Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e meus amigos catarinenses, eu pensei que hoje eu teria uma tarde mais alegre. Estou entristecido pela fala do deputado Nilson Gonçalves, que relatou aqui que mais um prefeito de Santa Catarina não resistiu à pressão que há muito tempo vem sofrendo para entregar o comando dos bombeiros voluntários aos bombeiros militares.

Srs. catarinenses, estou nesta Casa há 20 anos e durante esse tempo tenho acompanhado a ação dos bombeiros militares, dos bombeiros voluntários, dos bombeiros comunitários. Portanto, peço a Deus que essas três corporações realmente façam com que os municípios de Santa Catarina tenham a proteção de qualquer uma dessas corporações.

Agora, o que não dá para admitir, sr. presidente, é que ciúmeira de homem ainda continue. É muito feio ciúme de homem! Se há em Santa Catarina mais de 170 municípios que não têm qualquer tipo de corporação, toda vez que acontecer um sinistro, uma catástrofe, esse pessoal estará à mercê dos poucos recursos que eles possuem, e quando têm uma Defesa Civil organizada.

Nós nos deparamos várias vezes com problemas de ciúmeira. Tenho vindo a esta tribuna e às televisões, por várias vezes, mostrar o quanto é importante mantermos essa vigilância de bombeiros voluntários militares e comunitários para a nossa comunidade.

Eu nunca vi uma Corporação de Bombeiros Voluntários pressionar uma

Corporação de Bombeiros Militares, querendo tomar o comando ou assumir essa responsabilidade nos municípios onde eles se mantêm. Sempre vi a solidariedade dos bombeiros voluntários para com os militares, tentando, inclusive, junto ao governo, fazer com que os militares instalem corporações onde não há ninguém para proteger a comunidade.

Nós defendemos as corporações, tanto as militares quanto as civis, e acompanhamos o trabalho e a responsabilidade dos bombeiros voluntários há mais de 40 anos. Aliás, estaremos no próximo sábado festejando, em Caçador, minha terra, os 40 anos de atividades dos bombeiros voluntários de Caçador, sendo que atendem a nove municípios da região que não têm corporação nenhuma.

Já procuramos os bombeiros voluntários para que eles instalem uma pequena corporação, e terão o auxílio dos voluntários, se for necessário. Mas vamos salvar a sociedade nesses municípios que não mantêm corporações.

Deputado Volnei Morastoni, ontem recebi uma ligação do sr. Ademir Orsi, um abnegado empresário, lutador e presidente da Abvesc - Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina -, dizendo: "Reno, faça mais alguma coisa pelos bombeiros. Tens feito isso há 20 anos!"

A pressão em cima de São Francisco foi tanta que o prefeito se entregou. E continua a pressão em tantos outros municípios, só não continua a iniciativa do comando, daqueles que querem o poder. Eu não vejo ação nenhuma para criar corporações nos municípios que não as possuem, deputado Sargento Amauri Soares.

Vamos instalar uma corporação num município que não tem, meu Deus do céu! Para que querer pegar onde tem? Se o município tem a sua corporação, a comunidade está sendo assistida! Deixem essas corporações trabalhar.

Quando Luiz Henrique ainda era governador, eu lhe disse lá na minha terra, no Enbov: governador, comande. Peça para que os seus comandados deixem os bombeiros voluntários trabalhar com decência, salvando vidas e salvando bens. E o governador não se dignou a levantar a cabeça na mesa em que estava sentado na minha frente - e há filmes e gravações.

Para que isso? Não é possível que tenhamos chegado a esse ponto, sr. presidente e srs. deputados! Eu fico cada vez mais indignado! Eu achei que havia minimizado a situação. No governo Kleinübing não houve problema nenhum, o governo apoiou todas as corporações de bombeiros. No governo Paulo Afonso houve problema. No governo Esperidião Amin todas as corporações receberam todo o apoio, tanto as militares quanto as de bombeiros voluntários e comunitários. Agora volta novamente a pressão em cima de quem quer trabalhar de graça!

Meus amigos catarinenses, vocês, que conhecem a ação dos bombeiros voluntários, sabem que a grande maioria trabalha pelo coração, defendendo e

ajudando os seus munícipes, sem a menor remuneração. Só é remunerado quem faz plantão na caserna, na corporação, durante 24h por dia. O restante dos bombeiros é fornecido pelas empresas. São voluntários, senhoras, senhoritas e jovens que recebem treinamento técnico adequado para exercer a atividade de bombeiro. Obedecem religiosamente as determinações legais que se exige para cada bombeiro, desde exame físico, treinamento, exames psicológico e psicotécnico. Tudo o que é exigido para o bombeiro militar é exigido para o bombeiro voluntário. E cumpra-se, porque se ele não tiver adaptação para isso, se ele não for apto, não será admitido na corporação.

É rigorosamente controlada a atuação e a orientação desses bombeiros. E pedimos orientação também aos comandos dos bombeiros militares, que nos auxiliam.

Nós queremos é trabalhar em harmonia, meu Deus. Vamos salvar os catarinenses e não tentar usar somente divisas no ombro. Essa é a ganância maior. Para que isso?

Eu me proponho, mais uma vez, a negociar. Já negociamos numa ocasião, deputado Nilson Gonçalves, deputado que preside esta sessão, já fizemos sete reuniões num trabalho com a Promotoria Estadual da Defesa Civil do Espírito Santo, não lembro o primeiro nome do promotor, mas tivemos reuniões com as corporações militares voluntárias. Na última reunião - e foi uma falta de responsabilidade do comando da Polícia Militar -, no gabinete do então deputado João Henrique Blasi, no último acordo, quando estávamos finalizando o projeto de lei para trazê-lo a esta Casa, o comando roeu a corda covardemente. Covardemente, depois de seis reuniões que havíamos feito legalmente, com tudo assinado, registrado.

O comando não teve coragem de sustentar o que foi combinado em seis reuniões. Não admito que esse tipo de gente fique na corporação, comandando bombeiros que são adeptos, que são pessoas boas, que querem trabalhar. Não dá para entender.

Eu não aguento mais! Inclusive falei ontem para o sr. Ademir Orsi para entrarmos na Justiça. Doa a quem doer! Somente não podemos deixar o catarinense padecer por conta dessa ciúmeira de homem. Vamos instalar onde não tem, sou parceiro para isso. Hoje à tarde, irei falar com o governador para solicitar que ele verifique o que está acontecendo nesse comando dos bombeiros militares. Tenho certeza de que o governador Raimundo Colombo não comunga com esse tipo de coisa. Tenho absoluta certeza.

Por isso, voltarei a esta tribuna brevemente para mais esclarecimentos. Quero alertar às pessoas de Santa Catarina que nos ajudem a salvar vidas, a salvar bens, que realmente se doem a essa atividade tão importante de dar o seu sangue em benefício de alguém, de um cidadão que está precisando de ajuda na hora certa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o deputado Gilmar Knaesel.

Antes, porém, gostaria de dar os parabéns a todos os repórteres da Casa, pelo dia de hoje, Dia do Repórter, e por extensão a todos os repórteres aqui de Santa Catarina.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, presidindo esta sessão, demais colegas deputados, deputadas, imprensa, gostaria, ao final desta sessão, de ser mensageiro ou porta-voz de notícias boas.

Eu aqui quero também fazer coro com o deputado Reno Caramori, deputado Nilson Gonçalves, na questão levantada, e trazer aqui uma matéria que, neste final de semana, foi publicada no *Diário Catarinense*, que retrata a realidade de um dos segmentos do turismo em Santa Catarina e do mundo, que mais está crescendo e desenvolvendo, que é o turismo dos transatlânticos ou de navios de cruzeiros.

Gostaria também de registrar que na manhã de hoje foi instalada a comissão de Turismo e Meio Ambiente, da qual faço parte como membro, tendo como presidente o deputado Neodi Saretta. E gostaríamos de, dentro dessa comissão, pela experiência adquirida nos últimos oito anos como secretário de estado dessa área, contribuir no sentido de mostrar a importância desse setor para o estado de Santa Catarina no que diz respeito à atividade econômica que, muitas vezes, não percebemos, especialmente quanto ao aspecto do desenvolvimento social e cultural.

Mas sobre a questão dos navios transatlânticos, que é um mercado emergente aqui em Santa Catarina, temos que fazer justiça a um ex-presidente da Santur que, de forma muito solidária e solitária, à época, Flávio de Almeida Coelho, iniciou esse processo de contato com as grandes operadoras e com os grandes navios para que viessem também conhecer o nosso litoral e que incluíssem Santa Catarina em sua rota.

Esse trabalho foi feito lá por volta de 1990/ 1991 e foi pioneiro nessa área. Demorou algum tempo, mas hoje somos referência também como destino, não apenas de passagem. Há navios que saem do Rio de Janeiro ou de Santos e vão a Buenos Aires, a Montevideu, mas também já temos aqui um destino de partida desses navios, chamados navios transatlânticos.

É importante mencionar o trabalho realizado pela secretaria de estado de Turismo e também pela Santur, que foi em busca de parceiros. O Seatrade, em Miami, é o maior evento do gênero, onde os grandes armadores se encontram, discutem e decidem os seus destinos. Também há o Seatrade de Hamburgo, na Alemanha, onde participamos, anualmente, e também são decididos os grandes roteiros europeus. E dentro disso, criamos um material promocional, importante aos nossos quatro portos, e destaco o porto de Imbituba, ainda embrionário nesta área, mas que também já recebeu navios transatlânticos, e o porto de Florianópolis, em Canavieiras.

Todos lembram o esforço que fizemos para lá colocar uma poita, foi uma grande discussão. A poita, na verdade, é uma âncora para que esses navios pudessem ancorar com segurança e não ficassem à mercê dos ventos fortes, porque lá é mar aberto.

Também cito os portos de Porto Belo, Itajaí e agora também São Francisco do Sul, incluído nesse roteiro, ampliando agora para cinco os nossos portos e receptivos. São Francisco do Sul foi o último a entrar nesse roteiro e este ano já foi o que mais navio recebeu. Na temporada passada debutou nessa área.

Este ano o porto de São Francisco do Sul foi o que mais recebeu navios, seguido também por Porto Belo, que há muitos anos vem sendo destaque, também o porto de Itajaí e de Florianópolis, que perdeu a grande oportunidade nesse segmento, nesse setor.

Nós, à época, oferecemos ao governo do estado, à prefeitura de Florianópolis, um projeto de *pier*, um receptivo, que foi custeado pela secretaria e pela Santur, mas a decisão política de dar sequência a esse projeto, de investir nesse segmento, cabe, é claro, à política municipal. Cabe também aos empresários do setor desse segmento, mas aqui em Florianópolis, infelizmente, houve, por parte de alguns empresários, uma rejeição a esse segmento, devido à concorrência desleal com os hotéis, quando, na verdade, trata-se de uma cadeia produtiva, deputado Sargento Amauri Soares, do turismo.

Não há só hotel, há uma série de várias empresas, de vários segmentos que trabalham no setor de turismo e que também precisam ser prestigiados, não apenas o segmento hoteleiro. E esses navios, especialmente, utilizam-se, principalmente, do transporte quando chegam a seus portos onde procuram deslocamentos através de táxi, de van, uma série de serviços que são prestados e, ao mesmo tempo, consomem principalmente aquele produto básico do turismo, que é o artesanato, feito normalmente por uma pessoa, por uma família, que está trabalhando, lucrando e ganhando o seu sustento com isso, assim como os restaurantes, enfim, uma série de

serviços que são absorvidos, digamos, dentro dessa economia, desse segmento do turismo.

E nós, dentro desse trabalho de promoção e com o objetivo de segmentar o turismo de Santa Catarina, fizemos, à época, essa grande ação.

Não há paisagem mais bonita do que ver um ou dois navios ancorados. Isso é frequente, vejo sempre quando venho de Balneário Camboriú, passando pelo Morro do Boi, em Porto Belo. É uma paisagem belíssima. E melhor ainda é saber que há pessoas lucrando, pessoas ganhando o seu dia a dia, a sua renda, através desse trabalho que executam.

Quero felicitar o jornal *Diário Catarinense* pela matéria publicada, uma matéria amplamente profissional, que mostra um crescimento de quase 30% do ano passado para este ano e que vai continuar crescendo, porque há muitos anos nós só enxergávamos os navios como um sonho, algo para milionários americanos ou europeus. Hoje não, esse sonho está aqui à nossa porta e muitas vezes mais barato do que um pacote de viagem para outros destinos turísticos.

Mas o importante é que Santa Catarina está nesse roteiro, nessa rota. E o nosso litoral é o preferido, pela sua paisagem, pelas suas belezas e também pelo receptivo do catarinense, que em todas as nossas pesquisas mostra ser um grande diferencial.

O catarinense sabe receber bem o turista e isso também faz a diferença, porque ninguém volta a um restaurante, a um hotel ou a qualquer local onde não recebe um bom atendimento, mesmo que tenha toda qualificação, que ofereça um serviço de qualidade. Mas o atendimento é fundamental para que o turista volte e fale bem do destino. Essa também é uma marca do turismo de Santa Catarina, o bem receber.

Quero fazer essa manifestação por acreditar que o governador Raimundo Colombo e o secretário Cesar Souza Júnior vão dar sequência às ações, especialmente a Santur, através do presidente Valdir Walendowsky, que foi secretário de estado por um período e que conhece como poucos

a importância desse segmento e o futuro que ele ainda haverá de ter aqui no estado de Santa Catarina.

E aqueles que não acreditaram nesse projeto, saibam que perderam a oportunidade. Refiro-me especialmente à belíssima capital de Santa Catarina, porque os agentes de viagens dizem que muitos turistas perguntam por que Florianópolis não está inserido nesse roteiro.

Para finalizar, sr. presidente, queria fazer o registro da presença em nossa Casa do prefeito Sérgio Almir dos Santos, da nossa querida cidade de Indaial, acompanhado por secretários municipais que estão, mais uma vez, em Florianópolis.

Indaial é também um destaque da região do médio vale do Itajaí do ponto de vista econômico. E por isso quero fazer o registro da grande administração do prefeito Sérgio Almir dos Santos, assessorado também pelos secretários municipais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns deputado Gilmar Knaesel, v.exa. deixou de ser secretário de estado, mas observamos que a sua intervenção está na plenitude do desenvolvimento econômico. Temos o turismo como uma das grandes fontes de renda no Brasil hoje, principalmente pela inclusão social, permitindo ao povo desfrutar de passeios náuticos, de transatlânticos e também usufruir de viagens, através de aeroportos, que mostram bem a economia.

Parabéns pela sua intervenção. Isso qualifica mais a questão do potencial econômico que possui o estado catarinense.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1758ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1758ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen e Sérgio Augusto Machado. 1) Processo em regime de Vista: Processo nº 2351/10, de Samir Machado, aprovado parecer por maioria do voto vista, com abstenção do Dr. Sérgio Augusto Machado pelo grau de

parentesco. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2525/10, de Renata Rosenir da Cunha; Processo nº 2534/10, de Rosvite Inez Machry; Processo nº 2542/10, de Luiz Alberto Metzger Jacobus, Processo nº 0046/2011, de Araci Francisca da Silva; Processo nº 0043/11, de Leogildo Agenor Lino; Processo nº 0010/11, de Alberto Neves; Requerimento - Interessada: Odete de Jesus Prestes do Nascimento "pagamento do apostilamento nº 38de 11/11/2010"; Ofício nº 015/GEAFC - 03/02/2011 IPREV - Interessados: José Sebastião - Diretor de Administração e João Luiz Karam - Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade "solicita inclusão de servidores inativos na DIRF". Continuando, o relator deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 026/2011 de 09/02/2011 - Ofício nº 020/2011/OE de 1º/02/2011 - TJSC - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2010.074078-9 - Requerente: Governador do

Estado de SC, Requerido: Presidente da ALESC. Retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi o Processo nº 2359/10, de Angelino Savio Quartiero. 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2472/10, de Dulcinéia Maria Goulart; Processo nº 2216/10, de Dézio Müller; Processo nº 0045/11, de Osório Bernardo Schmitz; Processo nº 0040/11, de Renato Hercílio Bertoldi e Processo nº 0021/11, de Gilmar Pagatto. 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2451/10, de Carmen Lúcia Marian; Processo nº 0049/11, de Euclides Bagatoli; Processo nº 0077/11, de Luciane Fadel; Consulta Ofício CL nº 012/2011 - 08/02/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao contrato nº 035/2008-8, celebrado com a Microempresa Sandra Regina Tavares Meirelles (Café e CIA)". O relator deu conhecimento dos pareceres exarados no Mandado de Segurança nº 1988.064520-1 - Impetrante: Miriam Pereira de Andrade, Impetrados: Governador do Estado de SC e Secretário da Fazenda e a Consulta - Ofício CL nº 0834/2010 - 14/12/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao contrato nº 040/2009-00, celebrado com a VH Informática Ltda.". 5) Relatoria da Dra. Cecilia Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2468/10, de Altemir Bez; Processo nº 2490/10, de Fabio Sousa Queiroz; Processo nº 2482/10, de Márcio Moraes Costa; Processo nº 2532/10, de Deyse Aparecida Ferreira; Processo nº 2536/10, de Joyce dos Santos Alves; Processo nº 0047/11, de Adriana Costa Koerich; Processo nº 0042/11, de Vera Lúcia Pereira Pacheco; Processo nº 0076/11, de Marcelo Augusto Costa Richard; Processo nº 0020/11, de Silvia Rejane Botomé e a Consulta - Ofício CL nº 016/2011 - 11/02/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo de Inexigibilidade e Minuta do Contrato - aquisição de espaço físico com construção de stand na 12ª Feira da Melancia que acontecerá no município de Curitibaanos". 6) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0048/11, de Otaviano Eduardo Pamplona; Processo nº 0044/11, de Unuri Silvério; Processo nº 2473/10, de Maria de Fátima Barreto Becker. Continuando, o relator deu conhecimento dos pareceres exarados no MEMO nº 0334/2010 - 17/12/2010, Ofício nº 361/2010/OE, de 13/12/2010 - ADI nº 2010.074077-2 - Requerente: Governador do Estado de SC - Requerido: Presidente da ALESC; Ofício nº 5.669/CEJ de 30/12/2010, ADI nº 4494 - Requerente: Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM, Requeridos: Governador do Estado de SC e ALESC e Ofício nº 023080513126-000-007 de 14/12 2010, Autos nº 023.08.051312-6, Autor: Paulo Mateus Menezes Neumann - Réu: Banco do Brasil SA", também apresentou extra pauta o Processo nº 0014/11, de Maria Luiza da Silva Dalbosco, que teve o parecer aprovado por unanimidade. 7) Constante da pauta, emitido pelo Dr. José Carlos da Silveira, o Processo nº 2464/10, de Ivania Beatriz Ranzolin Nerbas, relatado pelo Procurador-Geral, que após discussão teve o parecer aprovado. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e três (23) de fevereiro. .Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2010.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 7ª REUNIÃO SIMULTÂNEA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E SEGURANÇA PÚBLICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9H30MIN DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

Às nove horas do dia 14 de dezembro do ano de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Segurança Pública, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Elizeu Mattos, Dirceu Dresch, Sargento Amauri

Soares, Antônio Ceron, Valdir Cobalchini substituindo Antônio Aguiar, Manoel Motta, Joares Ponticelli, Cesar Souza Junior, Jean Kuhmann, Darci de Matos, Pedro Uczai, Dado Cherem, Antônio Carlos Vieira, Odete de Jesus, Elizeu Mattos substituindo Renato Hinning, Altair Guidi. Abertos os trabalhos o Presidente Romildo Titon passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar às matérias em pauta. O **Deputado Marcos Vieira** relatou os Projetos de Lei Complementar de nºs 061.9/2010 e 060.0/2010, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0284.5/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou os Projetos de Lei nº 0383.7/2010 e 394.0/2010, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Valdir Cobalchini** relatou os Projetos de Lei nº 0401.3/2010 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 089.2/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Décio Góes** relatou o Projeto de Lei nº 0519.5/2009, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 0390.6/2010 e 0391.7/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o 0372.4/2010 exarou parecer favorável com emenda supressiva modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº 060.8/2009 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei nº 0363.3/2010 e 0377.9/2010, exarou pareceres favoráveis, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar de nº 057.2/2010 com pedido de vista devolve sem manifestação, parecer do Relator favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0387.0/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0387.0/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 059.4/2010 com pedido de vista, devolve sem manifestação, parecer do Relator favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Elizeu Mattos** relatou os Projetos de Lei nº 0396.1/2010, 0393.9/2010, 0407.9/2010 e 0406.8/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0400.2/2010 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Cesar Souza Junior** relatou o Projeto de Lei de nº 0477.1/2009 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido pedido em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos; o Projeto de Lei nº 0095.2/2010 exarou parecer contrário à emenda, cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli; o Projeto de Lei Complementar 056.1/2010 exarou parecer favorável com emenda aditiva, cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Décio Góes; o Projeto de Lei nº 0388.1/2010 e 098./2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei nº 0386.0/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 277.6/2010 exarou parecer com emenda modificativa, cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. O **Deputado Romildo Titon** relatou a Mensagem de Veto de nº 01801/2010 exarou parecer pela admissibilidade, que colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; os Projetos de Lei nº 053.3/2010; 0339./2010 e 0404.6/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0064.1/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Na Comissão de Finanças e Tributação foram relatadas as seguintes matérias: Os Ofícios de nºs 0009.6/2010 e 0529./2010 foram exarados pareceres pelo diligenciamento que colocados em discussão e votação, foram

aprovados por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o Projeto de Lei de nº 0398.3/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nº 0388.1/2010, 0392.8/2010, 0406.8/2010 exarou parecer favorável, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por maioria; os Projetos de Lei Complementar de nºs 0056.1/2010, 0064.1/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0400.2/2010 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei Complementar de nº 0013.1/2008 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 14 de fevereiro de 2011.

Deputado Romildo Titon - Comissão de Constituição e Justiça

Deputado Marcos Vieira - Comissão de Finanças e Tributação

Deputado Joares Ponticelli - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Deputado Sargento Amauri Soares - Comissão Segurança Pública

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às nove horas, sob a Presidência do deputado Gilmar Knaesel, dá início aos trabalhos. Foi registrada a presença dos senhores deputados (as): Gilmar Knaesel, Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Sílvio Dreveck, Elizeu Mattos, em substituição ao deputado Manoel Mota, Luciane Carminatti, Neodi Saretta e Darci de Matos. Dando continuidade, o Presidente Gilmar Knaesel passa a palavra ao deputado Neodi Saretta para relatar o **PLC/0005.1/2011**, que dispõe sobre a alteração do salário mínimo regional. Em discussão, foi concedido vista em gabinete ao deputado Sílvio Dreveck. O presidente Gilmar Knaesel, mediante o pedido de vista, convocou reunião extraordinária para o dia vinte e quatro do mês em curso, às nove horas, para discutir e votar o Projeto de Lei Complementar 0005.1/2011, para que a matéria não sofra atrasos em sua tramitação. Convidou a todos os presentes e patronais para a reunião. Na sequência, o deputado Marcos Vieira relatou o PRS/0002.3/2011, que em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião, onde para constar eu, Sílvio Nestor de Souza, chefe de secretaria, li e digitei a presente ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão

de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e dois de fevereiro do ano de dois mil e onze, sob a presidência do Deputado Sílvio Dreveck, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação e Eleição para Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença e empossados os Senhores Deputados Elizeu Mattos, Manoel Mota, Altair Guidi, Angela Albino, Jorge Teixeira, Maurício Eskudlark e Sílvio Dreveck. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão. Inscrito o Senhor Deputado Elizeu Mattos. Iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos o Deputado Elizeu Mattos. Após a eleição, o Deputado eleito assumiu a presidência dos trabalhos, abrindo inscrição para o cargo de Vice-Presidente. Inscrito o Deputado Sílvio Dreveck. Foi iniciado o processo de votação e colhidos os votos, sendo eleito por unanimidade. O Presidente deu posse ao Vice-Presidente e agradeceu os Depu-

tados a Presidência. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os senhores Deputados, nos termos regimentais, para a Primeira Reunião Ordinária da Comissão, dia primeiro de março de dois mil e onze, à hora regimental. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião de instalação da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2011

Deputado Elizeu Mattos - Presidente

Deputado Sílvio Dreveck - Vice-Presidente

Deputado Manoel Mota

Deputada Angela Albino

Deputado Altair Guidi

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Maurício Eskudlark

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 031/2011

REFERENTE: Rescisão ao Contrato CL n.º 040/2010, celebrado em 22/07/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Xbramar Soluções e Tecnologia.

OBJETO: Distrato em razão da transferência do setor gráfico para as novas dependências localizadas na Avenida Hercílio Luz 301, esquina com a Rua João Pinto nesta Capital, cujo espaço físico excessivamente diminuto não comporta a instalação da impressora/copiadora IR 105 da marca CANON (patrimônio 0020700), ficando caracterizado, em razão disso, a ocorrência de caso fortuito e o interesse público citados nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58, II, da Lei nº 8.666/93; Arts. 78 e 79, incisos XII, XVII, I e II, respectivamente, da Lei 8.666/93; Item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato original e, Autorização administrativa. Florianópolis, 22 de fevereiro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC.

Mauro Rodrigues - Sócio

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 006/11

ABADA - Associação Blumenauense de Amigos Deficientes Auditivos

Blumenau, 04 de junho de 2010

À Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

A/C Setor de análise de Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual

A entidade ABADA - Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 79.371.803/0001-02, com sede na Rua Max Hering nº. 123, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau, CEP 89012-510, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente - **JOSÉ SILVIO PERES**, brasileiro, divorciado, garçom, CPF nº. 803.058.819-49, RG 2.617.863 SSP/SC, residente à Rua Carlos Sthiller nº. 702, Bairro Glória, Blumenau/SC, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Lei Estadual nº 15.125/2010, requer manutenção do título de **Lei Utilidade Pública Estadual** desta Entidade para o ano de 2010, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Em cumprimento ao Art. 3º da referida lei apresenta:

- 1 - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- 2 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- 3 - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- 4 - balancete contábil.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente.

JOSÉ SILVIO PERES

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/02/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 007/11**Afisvale - Associação dos Fissurados Vale do Itajaí**

Blumenau, 04 de junho de 2010

À Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC**A/C Setor de análise de Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual**

A entidade AFISVALE - Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 01.675.498/0001-55, com sede na Rua 2 de Setembro nº. 1330 Salas 22/23, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, CEP 89052-000, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente - **LUIZ CARLOS CENZI REBELLATO**, inscrito no, CPF nº. 393.495.000-00, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Lei Estadual nº 15.125/2010, requerer manutenção do título de **Lei Utilidade Pública Estadual** desta Entidade para o ano de 2010, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Em cumprimento ao Art. 3º da referida lei apresenta:

- 1 - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- 2 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- 3 - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- 4 - balancete contábil.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente.

LUIZ CARLOS CENZI REBELLATO

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 22/02/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 008/11**ABLUDEF - Associação Blumenauense de Deficientes Físicos**

Blumenau, 04 de junho de 2010

À Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC**A/C Setor de análise de Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual**

A entidade ABLUDEF - Associação Blumenauense de Deficientes Físicos, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 79.366.035/001-07, com sede na Rua Bertha Odebrecht nº. 63, Bairro Garcia, na cidade de Blumenau, CEP 89020-430, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente - **MARIA HELENA MABBA**, brasileira solteira, digitadora, residente na Rua João Deschamps nº 47, Bairro Glória, CEP nº 89025-380, na cidade de Blumenau/SC, portador da cédula de identidade nº. 3/C 1.117.436 e CPF nº. 014.936.579-92, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Lei Estadual nº 15.125/2010, de 19/01/2010, requerer manutenção do título de **Lei Utilidade Pública Estadual** desta Entidade para o ano de 2010, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Em cumprimento ao Art. 3º da referida lei apresenta:

- 1 - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- 2 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- 3 - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- 4 - balancete contábil.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente.

MARIA HELENA MABBA

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 22/02/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 009/11**ACEVALI - Associação dos Cegos do Vale Itajaí**

Blumenau, 04 de junho de 2010

À Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC**A/C Setor de análise de Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual**

A entidade ACEVALI - Associação dos Cegos do Vale do Itajaí, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 79.363.776/001-26, com sede na Rua Londrina nº. 30, Bairro Velha, na cidade de Blumenau, CEP 89036-610, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente - **ADEMAR SEVERINO HAUSMANN**, brasileiro, divorciado, nascido em 27/08/147, aposentado, residente na Rua Otto Schuhardt nº 108, Bairro Fortaleza, CEP nº 89057-240, na cidade de Blumenau/SC, portador da cédula de identidade nº. 3R/191.111 e CPF nº. 030.316.599-53, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Lei Estadual nº 15.125/2010, de 19/01/2010, requerer manutenção do título de **Lei Utilidade Pública Estadual** desta Entidade para o ano de 2010, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Em cumprimento ao Art. 3º da referida lei apresenta:

- 1 - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- 2 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- 3 - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- 4 - balancete contábil.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente.

ADEMAR SEVERINO HAUSMANN

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 22/02/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 010/11**ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Cocal do Sul, 10 de Fevereiro de 2011

Ofício **002/2011****EXMO. SR.****GELSON MERISIO****MD PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA****FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA.**Ref. **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELAS AMPARAR ASSOC. DE AMPARO À CRIANÇA E AO ADOLESC. EM 2010**

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos, parabenizamos pela gestão empreendedora na Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, representando dignamente a população do nosso Estado, ao mesmo tempo, em que aproveitamos para, anexar, ao presente **O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2010 PELA AMPARAR - ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**, atendendo as exigências da Lei Nº 14.009, de maio de 2007, declarando-a de Utilidade Pública Estadual, anexando o Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 2010, a Declaração de Funcionamento e o Estatuto da Associação com a alteração do endereço para à Rua Moysés José de Aguiar nº 320 - Bairro Pio Corrêa - Criciúma - Santa Catarina.

Sendo o que nos apresenta para o momento, subscrevemos colocando-nos à disposição de vossa Excelência, para maiores informações.

Atenciosamente,

Amparar - Associação de Amparo à Criança e ao Adolescente

CARLA MOTA

Presidente

TERESINHA MAFIOLETTI

Secretária

*Lido no Expediente**Sessão de 22/02/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 011/11
APAE - SÃO FRANCISCO DO SUL
CAESP - "Arco - Íris"

São Francisco do Sul - SC. 16 de fevereiro de 2011

À
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Centro
 CEP: 88.020-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
 At. Sra. Túlia Ribeiro
 Prezada Senhora;

Através desta solicitamos a Certidão de Manutenção do título de utilidade pública Estadual para o ano de 2011, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Francisco do Sul - APAE.

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente.
 Documentos em anexo:
 Ata autenticada
 Estatuto autenticado
 Balanço do ano anterior autenticado
 Relatório circunstanciado de atividades ano anterior
 Declaração de autoridades (duas)

Atenciosamente
 Wilson Almeida dos Santos
 Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/02/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 012/11
ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL EXÉRCITO DE SALVAÇÃO
CENTRO INTEGRADO JOÃO DE PAULA

Joinville, 15 de fevereiro de 2011

Ao
 Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
 Deputado Gelson Merisio

Renovação de Utilidade Pública

Prezado senhor,
 Estamos encaminhando os documentos necessários para a renovação de nosso título de utilidade pública estadual:

- Balanço financeiro de 2010;
- Relatório de Atividades de 2010;
- Declaração de Não-Remuneração da Diretoria.

Atenciosamente,
 Otoniel F. Dias
 Diretor Executivo

Lido no Expediente
Sessão de 22/02/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 013/11
GRUPO DE POETAS LIVRES

OF. GPL Nº 001/2011

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2011

Excelentíssimo Senhor

Deputado Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Florianópolis, SC

Assunto: Relatório das Atividades de 2010

Senhor Presidente,

Tendo em vista viagem que tive que empreender, somente agora posso enviar-lhe o Relatório das Atividades do Grupo de Poetas Livres referentes ao ano acadêmico de 2010.

O GPL desde 1998, ano de sua fundação, conta a cada ano a sua História.

O relatório descreve desde a fundação os diversos projetos, as diversas atividades, porém para efeito de análise, citamos a seguir as páginas em que aparecem as **atividades relacionadas ao ano de 2010.**

Assim, temos:

1. Portaria 001/2010 - Institui a Medalha do Poeta Maria Vilma Campos, p.11;
2. Diretoria do GPL biênio 2010-2012, p. 12;
3. Relação dos associados beneméritos - 2010, p. 12;
4. Dados Administrativos - 2010, p. 13;
5. Balancete financeiro - 2010, p. 14 A;
6. Projeto O escritor e sua obra - 2010, p. 17;
7. Concurso liberte-se... nas Asas da Poesia - 2010, p. 17;
8. Concurso On-line de Trovas e Quadras - 2010, p. 19;
9. Troféus, Medalhas e Certificados 2010 - p. 20, 21, 22, e 23;

10. Recitais, apresentações teatrais, lançamentos de obras, prêmios recebidos em concursos, acontecidos em 2010 e registrados na Seção "Aconteceu", das Revistas Vento do Sul n. 34 e 35 - ano 2010 (Anexas), p. 23 a 40;

11. Livros, revistas, jornais recebidos em 2010 e registrados na RVS 34 e 35, para a Biblioteca Maria Vilma Campos, p. 40 a 44;

12. Homenagens nas RVS 34 e 35 - ano 2010, a poetas do GPL, poetas falecidos e amigos, p. 44 e 45;

13. Relação dos associados efetivos - 2010, p. 45;

14. Agradecimentos, p.46;

15. Anexos - Revistas Vento do Sul n. 34 e 35, 1º e 2º

Semestre de 2010.

Cordialmente.

Prof. Maura Soares

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/02/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 014/11
ONG TRAVESSIA

São José SC, 08 de fevereiro de 2011

Of. 001/2011

AO

EXMO. SR.

GELSON MERISIO

D. D. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

O SERVIÇO DE AÇÃO SOLIDÁRIA E CIDADÃ - ONG TRAVESSIA vem através deste, encaminhar a Vª Exª o relatório de atividades, balancete contábil, estatuto e devidas alterações, bem como declaração de acordo com Art. 2º - Inciso VI - da LEI Nº 10.436, de 01 de julho de 1977, referente ao exercício 2010.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, e servimo-nos do presente para expressar nossos sinceros votos de consideração a apreço

Atenciosamente,

LUIZ LORENZETTI

Diretor Administrativo-Financeiro

JOSÉ AUGUSTO MELO CORRÊA

Diretor de Projetos Pedagógicos e Sociais

HILMA RECH

Diretora de Empreendimentos Produtivos

Lido no Expediente

Sessão de 22/02/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 015/11
GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

OFÍCIO SEF/GABS Nº 097/2011

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor

Gelson Merisio

DD. Presidente

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC/SC

Nesta

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Para fins de observância das competências desta comissão parlamentar, dispostas no art. 122, § 1º, inciso II, da Constituição Estadual, encaminhamos a Vossa Excelência o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre de 2010 e o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2010, do Estado de Santa Catarina.

Aproveitamos o ensejo para manifestar a nossa disposição, conforme a necessidade deste colendo, para apresentar em audiência pública a avaliação e análise do cumprimento das metas fiscais, nos termos do art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/00.

Atenciosamente,

Ubiratan Simões Rezende

Secretário de Estado da Fazenda

Lido no Expediente

Sessão de 22/02/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 016/11

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SANTA HELENA

Ofício nº. 09/2010

Joinville, 14 de dezembro de 2010

Excelentíssimo Senhor,

Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Atendendo as exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de utilidade Pública desta Associação que tem o CNPJ 01.407.939/0001-38, situada à Rua Cidade de Sobral, s/nº, Bairro Boehmerwaldt - Cidade de Joinville, neste estado de Santa Catarina, entidade já declarada de utilidade Pública pela Lei Estadual de nº. 12034 de 14 dezembro de 2001.

Pede Deferimento

Presidente Telmo Lemess de Camargo

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/11

*** X X X ***

Of. 061/2011

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa

NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que os membros da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, reunidos no dia 16 de fevereiro do corrente, elegeram este Parlamentar para Presidente e a Deputada Luciane Carminatti para Vice-Presidente.

Certo da atenção e providências de Vossa Excelência antecipo agradecimentos,

Atenciosamente,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 685, de 22 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, **NOMEAR ANA ELISA RIBEIRO DE SOUZA SCHLICKMANN,**

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Volnei Morastoni).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 686, de 22 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
0936	Renato Hercilio Bertoldi	17/01/06	16/01/11	0040/2011
0658	Vera Lucia Pereira Pacheco	02/01/06	01/01/11	0042/2011
0428	Leogildo Agenor Lino	07/01/06	06/01/11	0043/2011
0326	Unuri Silverio	08/01/06	07/01/11	0044/2011
1527	Marcelo Augusto Costa Richard	14/01/06	13/01/11	0076/2011

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 687, de 22 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Osorio Bernardo Schmitz	5244	3%	3%	01/01/11	0045/2011
Araci Francisca da Silva	4991	3%	18%	25/01/11	0046/2011
Adriana Costa Koerich	4514	3%	6%	01/01/11	0047/2011
Otaviano Eduardo Pamplona	1202	3%	33%	23/01/11	0048/2011
Euclides Bagatoli	1928	3%	27%	17/12/11	0049/2011

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 041/11

"Dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 12.191, de 13 de janeiro de 2010, no âmbito do Estado de Santa Catarina."

Art. 1º No âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina, os efeitos da Lei Federal nº 12.191, de 13 de janeiro de 2010, tem incidência e aplicação imediata sobre todos os atos administrativos, de natureza disciplinar, praticados com fundamento na Lei Estadual nº 5.209, de 08 de abril de 1976, na Lei Estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, e no Decreto nº 12.112, de 17 de setembro de 1980.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2011.

Sargento Amauri Soares

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 22/02/11

JUSTIFICATIVA

O Presidente da República, sabendo que as polícias militares estaduais são forças auxiliares do Exército nacional, e portanto, suscetíveis às leis decorrentes do exercício de uma competência privativa prevista no Art. 61, § 1º, inciso II, alínea "f", da Constituição Federal, e sabendo o que dispõe o Art. 21, inciso XVII, combinado com o que trata o Art. 48, inciso VIII, também da Carta Magna, submeteu ao Congresso Nacional e obteve a aprovação de matéria que redundou na Lei Federal nº 12.191/2010, hoje, vigente em todo território nacional.

Cumprindo o que prevê o Art. 10, §§ 1º e 3º, da Constituição Estadual, e valendo-me da competência suplementar deferida ao Parlamento Catarinense, pus a termo este projeto de lei, com o claro propósito de dar plena eficácia para uma norma federal superveniente.

Sabendo que estão atendidos os pressupostos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade, e no mérito, guardando a certeza de que está configurado o interesse público, submeto esta proposição legislativa à tramitação, de modo que possamos ter, no menor prazo possível, a normalização da vida institucional de um importante setor da Administração Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 042/11

Dá nova redação ao § 9º do art. 3º da Lei nº 9.120, de 18 de junho de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

Art. 1º O § 9º do art. 3º da Lei nº 9.120, de 18 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º [...]"

[...]

§ 9º O Conselho Estadual de Saúde será presidido pelo

Secretário de Estado da Saúde ou por seu Adjunto, devendo ser eleito entre os Conselheiros um Vice-Presidente, com mandato de dois anos, permitida apenas uma recondução, a iniciar no dia 2 de fevereiro." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa alterar o § 9º do art. 3º da Lei nº 9.120, de 18 de junho de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, por meio da Resolução nº 333, de 4 de novembro de 2003, disciplina que o mandato dos conselheiros, definido pelo Regimento Interno, não pode coincidir com o mandato do Governo Estadual, Municipal, do Distrito Federal ou do Governo Federal.

Atualmente, o mandato encerra-se em 31 de dezembro. Pela norma vigente o Governador do Estado precisa convocar as entidades integrantes do Conselho Estadual de Saúde para indicar os novos membros. Na prática, isso ocorre em janeiro dos anos que assume o Governador, conseqüentemente, o Conselho fica sem atuação durante o período em que não há indicação da composição do novo Conselho.

Neste afã, Excelências, solicito a acolhida da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 043/11

Determina o fornecimento de protocolo referente à elaboração do Boletim de Ocorrência.

Art. 1º Sempre que lavrado e emitido um Boletim de ocorrência, independentemente da motivação que o gerou, será emitido o correspondente protocolo.

Art. 2º Do protocolo previsto no artigo anterior, deverá obrigatoriamente constar:

I - a identificação da Delegacia de Polícia com o respectivo endereço e telefone;

II - o nome das partes;

III - a data de lavratura e emissão;

IV - o assunto que originou; e

V - o número de protocolo emitido em ordem seqüencial.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/11

JUSTIFICATIVA

A matéria objeto deste projeto de lei tem como objetivo facilitar o acompanhamento e providências por parte das pessoas interessadas.

No atual sistema, verifica-se que o cidadão encontra dificuldades para a eventual localização do boletim de ocorrência junto nas delegacias de polícia.

Assim, visando facilitar a vida dos cidadãos catarinenses, espera este Parlamentar contar com o apoio dos demais colegas que integram este Parlamento, para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 044/11

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do Estado de Santa Catarina, onde haja consumo de bebidas, disponibilizarem canudos plásticos higienizados e embalados individualmente, e dá outras providências.

Art. 1º Os estabelecimentos localizados no território catarinense que comercializam bebidas para consumo no local deverão disponibilizar canudos plásticos higienizados e embalados individualmente para o uso de sua clientela.

Parágrafo único. Os estabelecimentos devem manter os canudos plásticos em local de fácil visualização e acesso.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo único. O valor da multa será reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será

adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 3º Fica concedido o prazo de noventa dias, contados a partir da data de vigência da presente Lei, para que os comerciantes possam adequar os estabelecimentos ao disposto na presente Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/11

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo primordial a proteção à saúde da população catarinense.

A solução proposta não requer maiores dispêndios e manipulação, haja vista que a indústria de utensílios plásticos disponibiliza canudos devidamente higienizados e embalados aos seus clientes.

Sendo uma proposição de interesse da sociedade catarinense, espera este Parlamentar o apoio dos demais Parlamentares que integram este Poder, para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 045/11

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos do Estado de Santa Catarina que comercializem alimentos para consumo no local, disponibilizarem palitos de dente higienizados e embalados individualmente, e dá outras providências.

Art. 1º Os estabelecimentos localizados no Estado de Santa Catarina que comercializam alimentos para consumo no local deverão disponibilizar palitos de dente, higienizados e embalados individualmente, para o uso de sua clientela.

Parágrafo único. Os estabelecimentos devem manter os palitos de dente em local de fácil visualização e acesso.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo único. O valor da multa será reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de noventa dias da publicação para os comerciantes adequarem os estabelecimentos ao disposto na presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/11

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres Pares projeto de lei que torna obrigatório disponibilizar aos clientes de estabelecimentos comerciais onde haja consumo de alimentos, palitos de dente higienizados e embalados hermeticamente, priorizando a higiene bucal, pois o manuseio dos palitos sem a devida embalagem, como se pode observar em determinados estabelecimentos, deixa o usuário sujeito ao desleixo em relação à higiene.

No presente projeto de lei predominou a visão do bem-estar e da saúde da sociedade de nosso Estado, pois esta proposição não representa nenhum gasto às empresas e indústrias do ramo.

Posto isto, conto com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste projeto que acredito de real interesse da sociedade catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 046/11

Declara de Utilidade Pública a Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL, com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de Julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
 III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Deputado José Nei Ascari

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/11

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 047/11

Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Monte Sinai.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Monte Sinai, com sede no Município de Meleiro.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de Julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/11

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação Beneficente Monte Sinai**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 048/11

Dispõe sobre a cobrança de serviços de estacionamento no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Ficam os estabelecimentos, independente do ramo de atividade, que ofereçam ou terceirizam serviços de estacionamento de veículos automotores, obrigados a observar as disposições estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º - É vedada a cobrança mínima de horas não utilizadas como condição de entrada nos estacionamentos.

§1º Para facilitar a cobrança, será admitido o arredondamento do tempo de permanência, desde que o acréscimo não ultrapasse a 15 (quinze) minutos, ou seja, se o consumidor utilizar os serviços por 1h e 15m poderá ser arredondado para 1h e 30m.

§2º O disposto nesse artigo não se aplica aos serviços de pernoite, diária ou mensalista.

Art. 3º - Os estabelecimentos de que tratam a presente lei serão obrigados a manter registros de horário de entradas de veículos para que, no caso de extravio do cartão ou ticket de estacionamento, possa ser cobrado o tempo de permanência no estacionamento.

Parágrafo único. Fica proibida a multa por extravio do cartão ou ticket.

Art. 4º Fica estabelecido que em todos os postos de cobrança de estacionamento de veículos deverão ser afixados e mantidos avisos quanto a presente Lei, em tamanho legível, citando a Lei, seus artigos e parágrafos.

Art.5º - O descumprimento da presente lei acarretará em multa no valor 1000 UFIRs, a ser revertida ao FES - Fundo Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/11

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo regularizar a cobrança pelos serviços de estacionamento oferecidos no Estado por estabelecimentos de qualquer atividade e inibir abusos e ilegalidades.

Atualmente muitos estabelecimentos cobram pelo período mínimo de utilização do estacionamento, que em alguns casos chega a 3 (três) horas. Em outras palavras, se o consumidor ultrapassa os 15 (quinze) minutos de tolerância geralmente oferecidos, já está pagando por 3 (três) horas de permanência.

Com o presente Projeto de Lei, os estabelecimentos somente poderão cobrar pelas horas realmente utilizadas, o que é justo.

Convém ressaltar que tal norma não prejudicará os estabelecimentos em questão, eis que ao contrário do que possa parecer, o consumidor será atraído pela segurança de pagar apenas pelo tempo realmente utilizado, liberando o estacionamento para outros interessados tão logo tenha concluído seus objetivos.

Este projeto também prevê a proibição de multa por extravio do cartão ou ticket de estacionamento, determinando que os prestadores desses serviços mantenham o registro de entrada de todos os veículos, a fim de cobrar apenas pelo tempo utilizado.

O fato de o consumidor passar por todo o processo de identificação e explicação junto à administração do estabelecimento em razão da perda do cartão é medida que se impõe, mas nada justifica a aplicação de uma multa.

Sabemos que a busca do equilíbrio financeiro do empreendimento é justa, mas as formas utilizadas para este fim não podem ser abusivas ao ponto de cobrar por um serviço não utilizado.

Com base nos argumentos acima expostos, submeto aos meus pares a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 049/11

Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Grunewald de Desenvolvimento e Fomento do Terceiro Setor, com sede no município de Porto União/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Cultural Grunewald de Desenvolvimento e Fomento do Terceiro Setor, com sede no município de Porto União/SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente

Sessão de 24/02/11

Justificativa

Trata-se de entidade com relevantes trabalhos sociais e culturais no município de Porto União/SC, promovendo ações voltadas ao fomento histórico, cultural e social.

Declarada de Utilidade Pública Municipal em 20/07/2010, vem requerer a declaração a nível estadual, para que possa usufruir das benesses outorgadas a entidades e instituídas por Lei.

*** X X X ***